

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
4 - NIRE 21300006869		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Alameda A, Quadra SQS, 100		2 - BAIRRO OU DISTRITO Altos do Calhau		
3 - CEP 64071-680	4 - MUNICÍPIO São Luís		5 - UF MA	
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 3217-2307	8 - TELEFONE 3217-2149	9 - TELEFONE 3217-2303	10 - TELEX 982115
11 - DDD 098	12 - FAX 3217-2219	13 - FAX 3217-3797	14 - FAX -	
15 - E-MAIL geovane.lira@cepar-ma.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Eduardo Haiama				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Borges de Medeiros, 633, sala 708			3 - BAIRRO OU DISTRITO Leblon	
4 - CEP 22430-041	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 021	8 - TELEFONE 3206-6601	9 - TELEFONE 3206-6607	10 - TELEFONE 3206-6603	11 - TELEX 982115
12 - DDD 021	13 - FAX 3206-6601	14 - FAX 3206-6601	15 - FAX -	
16 - E-MAIL eduardo.haiama@equatorialenergia.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2009	31/12/2009
2 - Penúltimo	01/01/2008	31/12/2008
3 - Antepenúltimo	01/01/2007	31/12/2007
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO João Alberto da Silva Neto		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 551.696.510-15

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2009	2 31/12/2008	3 31/12/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	161.319	161.245	16.096.229.294
2 - Preferenciais	2.865	2.865	286.496.101
3 - Total	164.184	164.110	16.382.725.395
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 01/04/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	2.547.673	2.226.490	1.884.445
1.01	Ativo Circulante	872.489	692.776	621.989
1.01.01	Disponibilidades	357.467	271.538	276.039
1.01.01.01	Numerário disponível	21.818	18.626	69.513
1.01.01.02	Aplicações financeiras	335.649	252.912	206.526
1.01.02	Créditos	328.248	300.918	241.807
1.01.02.01	Clientes	328.248	300.918	241.807
1.01.02.01.01	Consumidores e revendedores	373.360	333.787	265.685
1.01.02.01.02	(-)Provisão p/ créd. liquidação duvidosa	(45.112)	(32.869)	(23.878)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	5.520	8.212	4.332
1.01.04	Outros	181.254	112.108	99.811
1.01.04.01	Baixa renda	23.115	18.004	19.457
1.01.04.02	Impostos a recuperar	45.477	41.107	53.885
1.01.04.03	IR/CSLL diferidos	5.444	0	10.260
1.01.04.04	Ativos regulatórios	84.917	42.041	10.476
1.01.04.05	Serviços pedidos	18.279	7.885	4.063
1.01.04.06	Outros créditos a receber	4.022	3.071	1.670
1.02	Ativo Não Circulante	1.675.184	1.533.714	1.262.456
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	402.294	407.544	390.648
1.02.01.01	Créditos Diversos	402.294	407.544	390.648
1.02.01.01.01	Consumidores e revendedores	68.235	32.868	25.971
1.02.01.01.02	(-)Provisão p/ créd. liquidação duvidosa	0	(3.638)	(3.638)
1.02.01.01.03	Impostos a recuperar	106.159	85.269	62.727
1.02.01.01.04	IR/CSLL diferidos	218.941	219.488	216.546
1.02.01.01.05	Ativos regulatórios	0	73.349	89.042
1.02.01.01.06	Outros créditos	8.959	208	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.272.890	1.126.170	871.808
1.02.02.01	Investimentos	221	221	221
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	221	221	221
1.02.02.02	Imobilizado	1.222.616	1.078.496	830.125
1.02.02.03	Intangível	50.053	47.453	41.462

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	2.547.673	2.226.490	1.884.445
2.01	Passivo Circulante	500.138	540.921	543.872
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	140.513	81.076	31.036
2.01.02	Debêntures	7.814	12.455	9.637
2.01.03	Fornecedores	166.755	183.526	172.153
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	32.290	38.139	80.851
2.01.05	Dividendos a Pagar	58.612	140.583	172.594
2.01.06	Provisões	8.891	15.188	21.314
2.01.06.01	Provisões de férias e encargos	5.575	5.782	9.356
2.01.06.02	Provisão para contingências	3.316	9.406	11.958
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	85.263	69.954	56.287
2.01.08.01	Folha de pagamento	701	766	532
2.01.08.02	Taxa de iluminação pública	15.704	13.449	10.781
2.01.08.03	Taxas regulamentares	2.950	5.426	3.476
2.01.08.04	P&D e eficiência energética	17.138	17.925	18.282
2.01.08.05	Passivos regulatórios	16.823	14.920	12.376
2.01.08.06	Participação nos lucros	13.907	9.018	5.991
2.01.08.07	Outros créditos a pagar	18.040	8.450	4.849
2.02	Passivo Não Circulante	1.317.791	1.096.359	835.547
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.317.791	1.096.359	835.547
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	801.639	682.416	476.280
2.02.01.02	Debêntures	267.300	267.300	267.300
2.02.01.03	Provisões	2.886	11.667	31.184
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	2.886	11.667	31.184
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	245.966	134.976	60.783
2.02.01.06.01	Impostos, taxas e contribuições	229.342	123.116	60.783
2.02.01.06.02	P&D e eficiência energética	16.624	11.860	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	729.744	589.210	505.026
2.05.01	Capital Social Realizado	310.278	252.513	157.727
2.05.02	Reservas de Capital	674	443	61.755
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	418.792	336.254	285.544
2.05.04.01	Legal	0	11.187	31.545
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	25.977	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	252.513	253.999
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	46.577	0
2.05.04.07.01	Reserva de incentivos fiscais	0	46.577	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.600.671	1.402.131	1.244.383
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	1.531.951	1.363.432	1.226.638
3.01.02	Suprimento de energia elétrica	11.904	23.140	1.877
3.01.03	Outras receitas	56.816	15.559	15.868
3.02	Deduções da Receita Bruta	(453.169)	(402.766)	(357.231)
3.02.01	(-) ICMS sobre venda de energia elétrica	(246.176)	(214.063)	(190.073)
3.02.02	(-) COFINS	(122.676)	(101.178)	(94.691)
3.02.03	(-) PIS	(26.560)	(21.966)	(20.558)
3.02.04	(+) PIS/COFINS sobre ativo regulatório	0	0	(2.316)
3.02.05	(-) Cota para RGR	(17.243)	(14.326)	(10.892)
3.02.06	(-) ISS	(613)	(584)	(626)
3.02.07	(-) Encargo de capacidade emergencial	9	2	(154)
3.02.08	(-) Encargos do consumidor	(39.910)	(50.651)	(37.921)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.147.502	999.365	887.152
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(607.551)	(526.336)	(443.055)
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	(383.298)	(344.999)	(290.522)
3.04.02	Encargos uso sistema transm. e distrib.	(87.226)	(64.226)	(53.173)
3.04.03	Custo de operação - pessoal	(11.405)	(12.081)	(10.298)
3.04.04	Custo de operação - material	(5.878)	(5.747)	(4.003)
3.04.05	Custo de operação - serviço de terceiros	(33.241)	(25.438)	(23.650)
3.04.06	Custo de operação - deprec. e amort.	(83.398)	(72.327)	(58.674)
3.04.07	Custo de operação - arrend. e aluguel	(33)	(16)	(584)
3.04.08	Custo de operação - outros	(3.064)	(1.509)	(2.082)
3.04.09	Custo do serv.terceiros - pessoal	(1)	(5)	(6)
3.04.10	Custo do serv.terceiros - material	0	23	(45)
3.04.11	Custo do serv.terceiros - serv.terceiros	(7)	(12)	(18)
3.04.12	Custo do serv.terceiros - outros	0	1	0
3.05	Resultado Bruto	539.951	473.029	444.097
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(263.176)	(184.282)	(160.729)
3.06.01	Com Vendas	(96.054)	(71.207)	(74.259)
3.06.01.01	Despesas com vendas	(70.679)	(47.181)	(51.908)
3.06.01.02	Prov/rev. PDD e perda cliente incobrável	(25.375)	(24.026)	(22.351)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(86.109)	(70.002)	(42.821)
3.06.02.01	Despesas administrativas	(39.372)	(41.866)	(21.324)
3.06.02.02	Honorários dos administradores	(2.664)	(3.259)	(2.059)
3.06.02.03	Prov/rev. contingências	(3.252)	(7.719)	(6.965)
3.06.02.04	Depreciação e amortização	(14.195)	(11.332)	(8.336)
3.06.02.05	Outras despesas operacionais	(11.935)	(5.826)	(4.137)
3.06.02.06	Outras Despesas Não Recorrentes Liquidadas	(14.691)	0	0
3.06.03	Financeiras	(81.013)	(35.708)	(39.049)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	85.457	80.372	62.570

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
3.06.03.01.01	Rendas financeiras	42.092	75.707	57.755
3.06.03.01.02	Acréscimo moratório de energia vendida	43.365	4.665	4.815
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(166.470)	(116.080)	(101.619)
3.06.03.02.01	Variações monetárias e cambiais	9.102	(2.107)	(2.881)
3.06.03.02.02	Juros dos empréstimos e financiamentos	(98.368)	(112.097)	(74.893)
3.06.03.02.03	Outras despesas financeiras	(77.204)	(1.876)	(23.845)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.577	6.549
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	(8.942)	(11.149)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	276.775	288.747	283.368
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	276.775	288.747	283.368
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(61.513)	(17.080)	(50.968)
3.10.01	Contribuição social	(34.360)	(17.076)	(19.624)
3.10.02	Imposto de renda	(81.308)	(46.581)	(31.344)
3.10.03	Incentivo SUDENE - redução IRPJ	54.155	46.577	0
3.11	IR Diferido	(3.037)	(34.846)	(46.332)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(13.962)	(9.018)	(5.991)
3.12.01	Participações	(13.962)	(9.018)	(5.991)
3.12.01.01	Participação nos lucros	(13.962)	(9.018)	(5.991)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	198.263	227.803	180.077
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	164.184	164.110	16.382.725.395
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,20757	1,38811	0,00001
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	160.732	99.521	74.165
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	358.747	397.007	345.730
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	198.263	227.803	180.077
4.01.01.02	Depreciação e amortização	97.593	83.659	67.010
4.01.01.03	Juros e variações monetárias	(3.787)	12.052	6.954
4.01.01.04	Contingências	8.023	7.719	7.418
4.01.01.05	Prov. cré. liquidação duvidosa e perda	25.375	24.026	22.351
4.01.01.06	Reposicionamento tarifário diferido	49.215	20.776	(7.351)
4.01.01.07	IR e CS diferidos	3.037	34.846	46.332
4.01.01.08	Compensação de variação da parcela A	(4.659)	(11.794)	23.979
4.01.01.09	Outros	(14.313)	(2.080)	(1.040)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(198.015)	(297.486)	(271.565)
4.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	(77.745)	(88.059)	(101.541)
4.01.02.02	Almoxarifado	2.693	(3.880)	3.904
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(25.260)	(9.764)	(61.372)
4.01.02.04	Pagamentos antecipados e CVA	(7.376)	10.545	11.471
4.01.02.05	Serviços pedidos e outros	(19.407)	(5.210)	290
4.01.02.06	Baixa renda	(5.111)	1.453	(8.184)
4.01.02.07	Outros ativos regulatórios	(5.095)	(21.749)	(4.643)
4.01.02.08	Créditos fiscais	(7.935)	(27.528)	(43.139)
4.01.02.09	Fornecedores	(16.771)	11.373	14.574
4.01.02.10	Tributos e contribuições sociais	101.724	20.960	84.222
4.01.02.11	Obrig.estimadas, folha pagamento e TIP	6.872	2.355	1.118
4.01.02.12	Provisão para contingências	(22.895)	(29.788)	(2.576)
4.01.02.13	Dividendos	(139.931)	(172.011)	(164.773)
4.01.02.14	P&D e eficientização	3.977	11.503	267
4.01.02.15	Compensação variação parcela A - passiva	7.127	826	3.230
4.01.02.16	Outros	7.118	1.488	(4.413)
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(245.661)	(339.360)	(214.988)
4.02.01	Aquisições no ativo imobilizado	(409.124)	(474.791)	(389.172)
4.02.02	Obrigações vinculadas	163.463	135.431	174.184
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	170.858	235.338	217.419
4.03.01	Empréstimos e financiamentos	170.627	234.895	172.207
4.03.02	Integralização de capital	0	0	105
4.03.03	Incentivos fiscais	0	0	45.107
4.03.04	Reserva de capital	231	443	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	85.929	(4.501)	76.596
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	271.538	276.039	199.443
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	357.467	271.538	276.039

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	252.513	443	0	336.254	0	0	589.210
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	252.513	443	0	336.254	0	0	589.210
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	198.263	0	198.263
5.05	Destinações	0	0	0	140.303	(198.263)	0	(57.960)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(57.960)	0	(57.960)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	140.303	(140.303)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	57.765	0	0	(57.765)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	231	0	0	0	0	231
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	310.278	674	0	418.792	0	0	729.744

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	157.727	61.755	0	285.544	0	0	505.026
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(4.062)	0	(4.062)
5.03	Saldo Ajustado	157.727	61.755	0	285.544	(4.062)	0	500.964
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	227.803	0	227.803
5.05	Destinações	0	0	0	83.741	(223.741)	0	(140.000)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(140.000)	0	(140.000)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	83.741	(83.741)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	94.786	(61.755)	0	(33.031)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	443	0	0	0	0	443
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	252.513	443	0	336.254	0	0	589.210

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	157.622	16.648	0	280.509	0	0	454.779
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(2.575)	0	(2.575)
5.03	Saldo Ajustado	157.622	16.648	0	280.509	(2.575)	0	452.204
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	180.077	0	180.077
5.05	Destinações	0	0	0	5.035	(177.502)	0	(172.467)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(172.467)	0	(172.467)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.035	(5.035)	0	0
5.05.03.01	Constituição da reserva legal	0	0	0	5.035	(5.035)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	105	0	0	0	0	0	105
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	45.107	0	0	0	0	45.107
5.09.01	Incentivo fiscal - SUDENE	0	45.107	0	0	0	0	45.107
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	157.727	61.755	0	285.544	0	0	505.026

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	06.272.793/0001-84

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	1.572.044	1.370.386	1.215.067
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	1.543.855	1.386.572	1.228.515
6.01.02	Outras Receitas	56.816	15.559	15.868
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(28.627)	(31.745)	(29.316)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(624.722)	(521.878)	(434.494)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(512.747)	(441.923)	(374.077)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(97.020)	(72.590)	(55.817)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	(14.955)	(7.365)	(4.600)
6.03	Valor Adicionado Bruto	947.322	848.508	780.573
6.04	Retenções	(97.593)	(87.721)	(69.585)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(97.593)	(83.659)	(67.010)
6.04.02	Outras	0	(4.062)	(2.575)
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	849.729	760.787	710.988
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.457	80.372	62.570
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	85.457	80.372	62.570
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	935.186	841.159	773.558
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	935.186	841.159	773.558
6.08.01	Pessoal	41.373	35.935	30.755
6.08.01.01	Remuneração Direta	42.350	37.457	33.207
6.08.01.02	Benefícios	26.475	19.465	15.420
6.08.01.03	F.G.T.S.	3.097	2.746	2.471
6.08.01.04	Outros	(30.549)	(23.733)	(20.343)
6.08.01.04.01	Indenizações trabalhistas	942	1.211	2.540
6.08.01.04.02	Transferências para o imobilizado	(31.491)	(24.944)	(22.883)
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	529.081	465.403	463.682
6.08.02.01	Federais	282.292	250.756	272.983
6.08.02.02	Estaduais	246.176	214.063	190.073
6.08.02.03	Municipais	613	584	626
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	166.469	116.080	101.619
6.08.03.01	Juros	89.266	114.204	77.774
6.08.03.02	Aluguéis	0	0	0
6.08.03.03	Outras	77.203	1.876	23.845
6.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	77.203	1.876	23.845
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	198.263	223.741	177.502
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	57.960	140.000	172.467
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	140.303	83.741	5.035

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
6.08.05	Outros	0	0	0

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luís - MA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 24 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-MA

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC 1RS048980/O-0-T-CE-S-MA

Relatório da Administração

A Administração da Companhia Energética do Maranhão S.A. (CEMAR), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009. As informações não financeiras da CEMAR, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Destaques de 2009

- ▶ O volume de energia faturada no ano cresceu 6,6%, atingindo 3.566 GWh.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 14,8% em 2009, totalizando R\$ 1.147,5 milhões.
- ▶ O EBITDA anual alcançou R\$470,3 milhões no ano, aumento de 13,2% em relação ao ano anterior.
- ▶ O Lucro Líquido ajustado atingiu R\$198,3 milhões em 2009, queda de 23,6% quando comparado a 2008.
- ▶ Os investimentos (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) totalizaram R\$239,2 milhões em 2009, 14,1% inferior aos investimentos realizados no ano anterior.
- ▶ Ao fim de 2009, os índices de DEC e FEC da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 23,6 horas e 15,2 vezes, respectivamente, registrando quedas de 13,8% e 9,9% em relação aos índices observados ao final de 2008.
- ▶ As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados em 2009 representaram 25,2% da energia requerida, com redução de 3,7 p.p. em relação aos 28,9% verificados ao final de 2008.
- ▶ Em Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2010, a proposta da Companhia, a ser referendada pela AGO, é de distribuição de R\$58,0 milhões em dividendos sobre o exercício de 2009, equivalentes a R\$ 0,3517534 por ação ordinária e preferencial A e R\$ 0,47976939 por ação preferencial B.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

02. Mensagem do Presidente

Vendo em retrospecto o ano de 2009, acreditamos que a CEMAR teve um desempenho excelente. Após um início conturbado com a crise mundial que sinalizava um recrudescimento do crédito e um arrefecimento da economia, terminamos o ano com bons indicadores operacionais e financeiros.

Do ponto de vista financeiro, terminamos o ano com um lucro líquido robusto de R\$198,3 milhões e uma geração de caixa operacional (EBITDA) de R\$470,3 milhões. Esses números refletem o forte crescimento de mercado apresentado principalmente a partir do segundo semestre com o fim das fortes chuvas que atingiram o estado no primeiro semestre, do sucesso do plano de combate às perdas e da retomada do crescimento da economia. Assim, de um crescimento de demanda de energia de 4,0% no primeiro semestre de 2009 comparado ao primeiro semestre de 2008, a CEMAR apresentou um crescimento no ano de 6,6% comparado ao ano de 2008.

Nossos investimentos próprios atingiram R\$239,2 milhões e focaram na melhoria da rede e expansão do serviço. Através do Programa Luz para Todos, investimos R\$179,8 milhões, conectando mais de 40 mil novos consumidores e beneficiando até o momento mais de 1,1 milhão de pessoas no estado. Temos orgulho em dizer que fomos a única empresa dentre os maiores programas a concluir a meta de ligações em 2009.

Neste ano, concluímos a captação de importantes linhas de financiamento para viabilizar nosso programa de investimento. Perante o Banco do Nordeste, captamos R\$135,8 milhões a uma taxa de 10% nominal e que com bônus de adimplência cai para 8,5%. Além disso, obtivemos da Eletrobrás através da linha de RGR o montante de R\$97,9 milhões a um custo anual de 7% nominal.

Como consequência dos investimentos e esforço contínuo de nossa equipe, conseguimos melhorar ainda mais a qualidade técnica do nosso serviço. Os principais indicadores de continuidade (DEC e FEC) apresentaram quedas expressivas de 13,8% e 9,9% respectivamente em relação do ano anterior.

Obtivemos também sucesso no combate às perdas e conseguimos reduzir de um patamar de 28,9% em 2008 para 25,2% em 2009, uma queda de 3,7 pontos percentuais.

Em 2009, passamos pelo processo de revisão tarifária que no caso da CEMAR ocorre a cada 4 anos. A Aneel (órgão regulador do setor) determinou uma redução da tarifa de 1,48% a ser aplicada a partir de agosto de 2009.

Para o ano de 2010, entendemos que teremos grandes desafios a superar. Nosso objetivo é continuar melhorando a qualidade do serviço prestado e buscar sempre a maior eficiência no uso dos recursos da companhia.

Nesse sentido, mantemos nosso foco na qualidade do serviço prestado e nos resultados dos nossos mais de 1.300 colaboradores. A eles, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

são estendidos também a todos os nossos acionistas, fornecedores e parceiros. Agora é o momento em que, juntos, ampliaremos nossos horizontes.

Carlos Augusto Leone Piani
Diretor-Presidente

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

03. Ambiente e Perspectivas no Maranhão

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Maranhão

Maranhão	
Capital	São Luis
Área (km²)	331.983
% da área do Brasil	3,9%
Número de municípios	217
População (estimativa IBGE 2009)	6.367.138
% População Nacional	3,3%
PIB (IBGE - Contas Regionais - 2004)	R\$ 16.547 milhões
% PIB Brasileiro	0,9%

Em 2009, o consumo de energia na região Nordeste cresceu 4,0%, enquanto o crescimento da média nacional foi de 4,6%. O estado do Maranhão, por sua vez, apresentou aumento de 6,6% no consumo de energia, crescimento superior às médias nacional e nordestina.

Localizado em uma posição geográfica privilegiada, com fácil acesso aos mercados norte-americano, europeu e, por meio do Canal do Panamá, também ao asiático, o Maranhão possui dois importantes vetores econômicos: o agronegócio e as atividades de mineração e metalurgia.

O agronegócio localiza-se na região sul do estado e é caracterizado pelo cultivo de soja e pela pecuária – atividades que se beneficiam das facilidades para exportação e das condições climáticas. Já a mineração e metalurgia estão presentes nas partes oeste e norte e giram em torno das produções de alumínio e minério de ferro.

O grande destaque do ano para o estado é a confirmação da intenção da Petrobras para construção de uma Refinaria Premium, com capacidade para processar 600 mil barris diários de petróleo. O investimento total está estimado em US\$ 20 bilhões. A previsão é que a primeira fase da construção seja concluída até 2013, quando metade de sua capacidade produtiva já entra em operação. A outra metade está prevista para estar pronta 2015.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

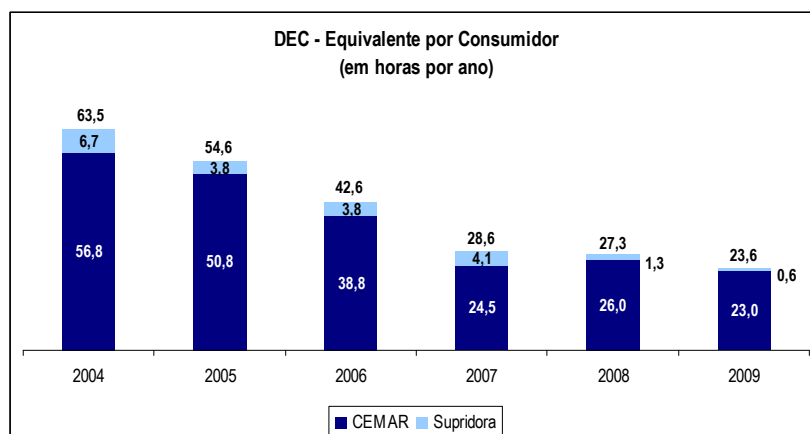
04. Gestão dos Negócios

4.1 Qualidade

DEC e FEC

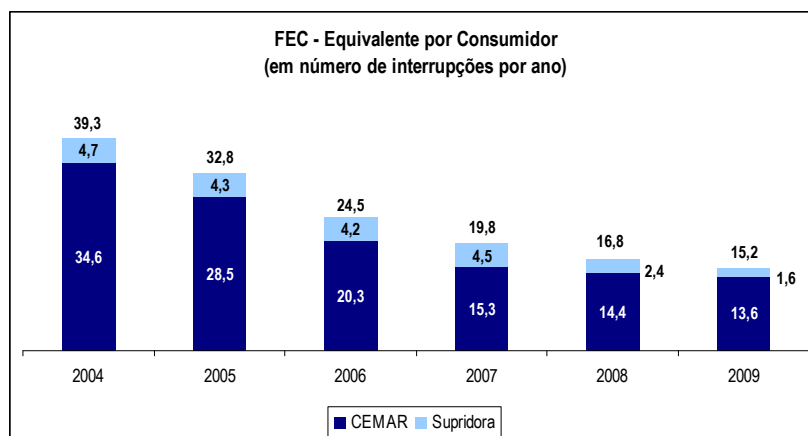
Ao longo dos últimos anos, a CEMAR apresentou melhoras significativas na qualidade técnica do seu serviço, reduzindo expressivamente a duração e a frequência de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2009, o DEC (Duração Equivalente por Consumidor) da Companhia, que mede a duração medidas das interrupções, em horas por consumidor por período, diminuiu 13,8% em relação ao ano anterior, atingindo 23,6 horas. Em comparação ao índice de 2004, essa melhora foi de 62,8%.



Já o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), que mede a frequência das interrupções, em vezes por consumidor por período, diminuiu 9,9% na comparação com o índice de 2008, atingindo 15,2 vezes. Em relação a 2004, tal queda foi de 61,3%.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Compromisso com a excelência

Em 2009, a CEMAR obteve o 1º lugar no Prêmio IASC da ANEEL, como a distribuidora que teve a maior evolução de desempenho de satisfação no Brasil, na avaliação dos consumidores, com crescimento de 43,3% no período 2008-2009. Com isso, a Companhia saiu de 48,08% para 68,91% no índice de satisfação do consumidor, o que a coloca 2,17 pontos acima da média nacional.

4.2 Combate às Perdas

O ano de 2009 coroou uma grande transformação no processo de combate às perdas na CEMAR, iniciado em 2008. A reestruturação da Gerência de Combate às Perdas foi essencial para a revisão dos processos, desde a seleção de pessoas, treinamento, adequação dos procedimentos internos (aderentes às normas regulatórias e judiciais), até a padronização de atividades e abordagem ao cliente, para que todos na Companhia trabalhassem com a mesma linguagem.

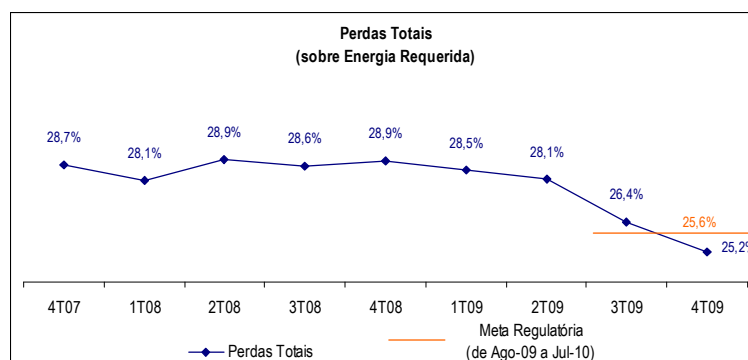
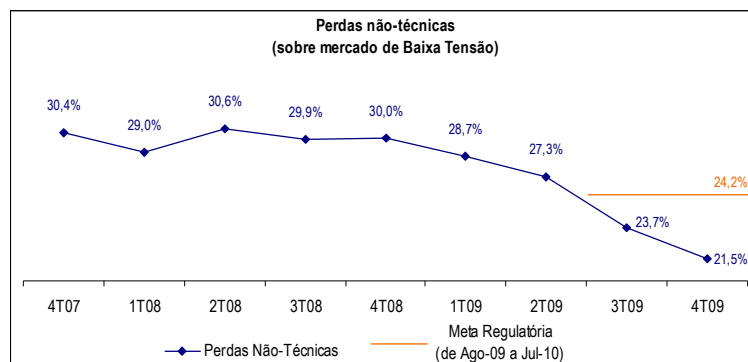
Para um efetivo combate às perdas foi necessário realizar o diagnóstico das principais causas, elegerem os principais ofensores, trabalhando com foco naqueles que proporcionassem maior retorno financeiro com o menor esforço. Para tanto, foi utilizado o diagrama de causa e efeito, origem da matriz de perdas, base do plano com todas as premissas para o alcance do índice proposto.

Ainda em 2009, foi criado o Comitê de Perdas, dirigido pelo Vice-Presidente de Operações, onde todos os envolvidos no processo prestam contas de suas ações em reuniões semanais.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com essa estratégia, registrou-se uma redução nas perdas não-técnicas sobre baixa tensão (mesmo critério adotado pela ANEEL na Revisão Tarifária de 2009) de 9,5 pontos percentuais na comparação do índice dos últimos 12 meses de 2009 com 2008, atingindo 21,5%, percentual já inferior à meta estipulada pela ANEEL para a Companhia para o período entre agosto/09 e julho/10.

Quanto às perdas totais (calculadas sobre energia injetada), em 2009, a CEMAR apresentou queda de 3,7 pontos percentuais, saindo de 28,9% para 25,2%.



4.3 Atendimento ao cliente

Em 2008 deu-se início o projeto de reestruturação do atendimento presencial, tendo como base proporcionar maior conforto e segurança aos clientes, suportados por uma equipe treinada e capacitada para atendê-lo de forma rápida e segura. O projeto começou com a elaboração do manual do atendimento (foram revisados aproximadamente 50 procedimentos buscando desburocratizar o atendimento) e definição de modelo físico, passando pela contratação dos parceiros e formatação de cronograma de reformas. Em 2009 foram reformadas 22 agências, de onde se podem medir indicadores de qualidade do atendimento como tempo médio, taxa de abandono e nível de serviço,

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

assim como a quantidade de clientes atendidos e o monitoramento do movimento via câmeras instaladas.

Além disto, foi implantado o Programa de Excelência no Atendimento Presencial (PEX), cujo objetivo é criar a cultura da excelência no atendimento, tendo como base os seguintes pilares: tratamento das reclamações, percepção do cliente, gestão, conhecimento, apresentação visual e atendimento. Para fomentar a busca pela excelência, o PEX classificou as agências e premiou as de melhores resultados por categoria. Em 2009, as categorias eram Cinco Melhores Atendentes, Melhor Agência, Melhor Regional, Melhor Empresa Parceira. A principal sustentação do programa é uma sólida formação de gente, onde há uma rotina de treinamentos obrigatórios a cada sábado.

Com a mudança da central de atendimento para Imperatriz não houve somente uma mudança de local. Foi criada uma nova forma de atender. Com a central dentro de casa, pôde-se fazer uma gestão mais próxima, agregando valor através do acompanhamento por parte do pessoal próprio e de novas iniciativas, como o monitoramento de chamadas, reorientações após atendimentos analisados e a célula de atendimento da campanha “Cliente É Comigo Mesmo!”, cujo objetivo foi fomentar a cultura de que cada colaborador também é um atendente. Está célula deu tratamento a mais de 1.000 chamadas de colaboradores em 2009. Vale ressaltar também a campanha “CEMAR é 116”, cujo mote foi aproveitar a mudança do 0800 para um número de apenas três dígitos (116).

Outra iniciativa de 2008 com consolidação em 2009 foi o atendimento porta a porta, buscando agilizar a negociação dos processos de consumo não registrado, proporcionando ao cliente a comodidade e o sigilo através das visitas de pessoal preparado para realizar a melhor negociação para ambas as partes.

Outro fato importante foi a consolidação do Comitê de Clientes, que tem como objetivo acompanhar como a companhia vêm se relacionando com os clientes, tendo como base os resultados obtidos no tratamento das reclamações, e no acompanhamento das ordens de serviço pendentes.

Algumas iniciativas nasceram no comitê, como, por exemplo, (i) os workshops de atendimento – fomentando a visão da importância de atender bem; (ii) Programa Cliente É Comigo Mesmo! – onde colaboradores atuam como facilitadores na relação do cliente com a CEMAR, promovendo o atendimento de solicitações ou reclamações, e; (iii) inversão do organograma, onde gestores acompanham as ações de campo das equipes operacionais.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

05. Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento sócio-econômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A CEMAR desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 04 maiores programas do país, representando 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 50 empresas de engenharia e mais de 1500 pessoas direta e indiretamente.

Ao final do ano base 2009, foi alcançada a marca de 229.817 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1 milhão e 150 mil habitantes. O PLPT já está presente em 211 (ou 97%) dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2009, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$180,0 milhões.

06. Assuntos Regulatórios

A CEMAR busca constantemente manter um intercâmbio produtivo de experiências com os órgãos reguladores e associações do setor de energia elétrica. Esse foco visa difundir as melhores práticas de atuação, criar sinergia entre as diversas organizações, bem como ampliar sua capacidade de pleitear demandas junto às agências reguladoras.

Revisão Tarifária 2009

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 870, de 25 de Agosto de 2009 homologou os resultados do processo de Revisão Tarifária Periódica que tramitava naquela Agência. Como resultado do processo as tarifas da CEMAR foram reposicionadas em -11,03%, com um efeito médio percebido pelo consumidor de -1,64%, resultante da consideração de componentes financeiros no valor de 9,55%.

Também foi fixado o valor da componente Xe do Fator X em 1,06%, e os investimentos associados no montante de R\$ 712 milhões a serem aplicados no período agosto/2009 a julho/2013. Também foi fixado o valor de perdas técnicas sobre a energia injetada em 12,42%, e o valor para as perdas

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão em 24,16%, para o primeiro ano do ciclo (de agosto/2009 a julho/2010).

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de base de remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS – e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da parcela “B” da Receita Requerida, homologada pela citada resolução.

Base de Remuneração Regulatória - Em R\$ Mil	
Descrição	Revisão
	ago/09
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	3.104.838
(2) Índice de Aproveitamento Integral	7.825
(3) Obrigações Especiais	638.494
(4) Bens Totalmente Depreciados	211.203
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	2.247.316
(6) Depreciação Acumulada	1.346.996
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso) = (1)-(6)	1.757.841
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	7.742
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (7)-(8)	1.750.100
(10) Almoxarifado em Operação	5.666
(11) Ativo Diferido	0
(12) Terrenos e Servidões	3.872
(13) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)-(3)+(10)+(11)+(12)	1.121.144
(14) Base de Remuneração Bruta - RGR/PLPT	68.359
(15) Depreciação Acumulada - RGR/PLPT	6.431
(16) Base de Remuneração Líquida - RGR/PLPT	61.928
(17) Taxa de Depreciação	4,52%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (17) * (6)	101.579

07. Gestão de Pessoas

A CEMAR encerrou 2009 com 1.309 colaboradores. Essa força de trabalho é predominantemente constituída por novos profissionais, captados a nível local e nacional, de acordo com o intenso processo de mudança e renovação organizacional vivenciados pela CEMAR nos últimos anos.

A Companhia conta ainda com a experiência e o conhecimento de colaboradores mais antigos, que passaram por um processo rigoroso de adaptação ao novo modelo de gestão e à nova cultura.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além dos colaboradores próprios, a CEMAR mantém mais de 5.000 terceiros. Para avançar cada vez mais na gestão dos contratos com empresas terceirizadas, a Companhia transformou, em 2009, a antiga Coordenação de Parcerias em Gerência de Relacionamento com Parceiros com o objetivo de agir mais enfaticamente na difusão da cultura da organização junto a essas empresas e garantir o padrão de qualidade para os nossos serviços prestados.

Prevenção de acidentes

A segurança no trabalho é uma preocupação constante da CEMAR. A Companhia reconhece a segurança de seus colaboradores, parceiras e população onde atua como um valor corporativo. Para o alcance de bons indicadores de segurança, num processo de melhoria contínua, a empresa investe em gestão de segurança, com aplicação das boas práticas e foco na prevenção.

Entre as práticas aplicadas nesse sentido destacam-se:

-
- Treinamentos NR-10 Básico, Complementar, Reciclagem e Procedimentos de Trabalho, conforme Norma Regulamentadora 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Esses treinamentos são oferecidos a 100% dos colaboradores;
 - Treinamentos em Primeiros Socorros, Combate a Incêndio e Uso e Guarda de EPI;
 - Treinamentos em Procedimento de Trabalho e Resgate em Altura e Espaço Confinado – NR 33.
 - Treinamento e conscientização para aplicação da ferramenta de Análise Preliminar de Risco – APR.
 - Realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT). Em 2009 foi feita a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente (SIPATMA) com a finalidade de agregar valor ambiental ao evento;
 - Realização do 3º Rodeio de Eletricistas da CEMAR;
 - Realização de Blitz de Segurança;
 - Realização de Mutirão de Segurança;
 - Realização de Inspeções de Segurança;
 - Realização de Diálogo de Segurança Semanal para a área operacional e Diálogo de Segurança Mensal para a área administrativa;
 - Reunião periódica com os Técnicos de Segurança das empresas parceiras para apresentação de metas, plano de ação e ações desenvolvidas.
 - Apoio no processo de avaliação para admissão de colaboradores operacionais de parceiras a CEMAR ajuda a fazer o teste de seleção para admissão de eletricistas da área operacional.
 - Divulgação interna das causas e medidas de controle de acidentes e quase-acidentes;
 - Manutenção de sistema de informes e tratamento de quase-acidentes, ato e condição de baixo-padrão;
 - Incentivo às ações da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
-

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Criação dos Grupos de Prevenção de Acidentes – GPR nos estabelecimentos que não são obrigados por norma a compor CIPA;
 - Formação de grupo de brigadistas nos escritórios Sede;
 - Implantação dos Comitês Corporativos de Segurança Regionais;
 - Apoio nas ações das empresas parceiras;
 - Palestras educativas sobre Segurança com Energia Elétrica na comunidade, além de outras ações pontuais; por exemplo: Segurança no Carnaval e nas Festas de São João
 - Criação de Gerência de Relacionamento com Parceiros, que desenvolve gestão de aproximação e apoio a essas empresas, inclusive no que se refere à segurança do trabalho.
-

O investimento da CEMAR em gestão de segurança se reflete nas melhorias alcançadas nos indicadores, e conseqüente melhoria da posição da CEMAR no ranking nacional das concessionárias de energia elétrica. A Taxa de Frequência (TF) de acidentes com colaboradores reduziu-se em 100% entre os colaboradores próprios e 14,28% com relação aos parceiros quando comparado a 2008. O indicador Taxa de Gravidade (TG) também apresentou redução de 100% entre os colaboradores próprios e 16,16% com relação aos parceiros quando comparado a 2008.

Segundo dados do Relatório de Estatística de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro, elaborado pela Fundação COGE com dados referentes ao ano de 2008, a CEMAR está entre as concessionárias mais seguras das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, considerando acidentes com funcionários das companhias energéticas que possuem mais de 2.000 empregados. Nos indicadores de taxa de frequência próprios, taxa de frequência força de trabalho e taxa de gravidade própria, a CEMAR ficou em 3º colocação dentre as 26 concessionárias encaixadas nessa classificação.

Pelo relatório da ABRADÉE 2009, relativo aos indicadores 2008, a Companhia apresentou o melhor resultado Taxa de Frequência da Força de Trabalho de setor elétrico das empresas distribuidoras que possuem mais de 400 mil clientes e mais de 2 mil colaboradores.

Em 2009 a CEMAR participou do 6º Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro - SENSE com apresentação de um painel de segurança cujo tema foi CIPA Modelo, relatando o *case* da gestão da CIPA da Sede CEMAR – São Luís.

No ano de 2010 a CEMAR participará novamente do Rodeio Nacional, com uma equipe própria e uma equipe parceira.

08. Desempenho Econômico-Financeiro

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 1.147,5 milhões, 14,8% superior à obtida no ano anterior. O crescimento decorre principalmente:

- Do crescimento de volume de energia vendida que, entre 2008 e 2009, cresceu 6,6%;
- Do aumento em mais de 150 mil consumidores atendidos, representando um crescimento de 9,9% sobre a base de 2008.

Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2009, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 692,1 milhões, equivalentes a 60,3% da receita líquida, com crescimento de 1,1 p.p. em relação ao percentual verificado em 2008, que era de 59,2%.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

Em 2009, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PDD (Provisão para Devedores Duvidosos) e as provisões para contingências, atingiram R\$171,3 milhões, com elevação de 0,9 p.p. em comparação a 2008, em termos de percentual da receita líquida.

Neste ano, PDD e perdas totalizaram R\$25,4 milhões, o que representa 1,6% da Receita Bruta, nível 0,1 p.p. inferior ao observado no ano anterior, resultante de ações de combate à inadimplência que vêm sendo tomadas pela Companhia, como, por exemplo, a revisão da política de cobrança, visando obter o pagamento do cliente antes da efetivação do corte, assim como, do sucesso do processo de negociação de dívidas vencidas pela área de cobrança da Companhia.

Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

Da mesma forma, analisando variação anual, observamos um incremento de 14,6% no total de custos e despesas não gerenciáveis, também impactados pelos maiores custos de compra de energia e encargos de uso de rede e conexão.

EBITDA

Em 2009, o EBITDA atingiu R\$470,3 milhões, sendo 13,2% superior aos R\$415,4 milhões registrados no ano anterior. A margem EBITDA de 41,0% ficou praticamente estável se comparada a 2008

Resultado Financeiro

Em 2009, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$81,0 milhões, o que representa um aumento de 129,9% em relação ao registrado no ano anterior. Entretanto, esse crescimento é reflexo do efeito não-recorrente de reconhecimento de despesas financeiras pela adesão da CEMAR

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ao REFIS (programa federal de refinanciamento de débitos fiscais), cujo impacto foi de R\$58,8 milhões em 2009. Excluindo esse efeito, o resultado financeiro seria uma despesa de R\$22,2 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na CEMAR, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% de Imposto de Renda decorrente do benefício de ampliação da capacidade instalada, obtido junto à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em Dezembro/2005, e que em 2007 foi ampliada ao benefício de modernização de toda a capacidade instalada, válida até 2016; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido entre os anos de 2006 a 2013); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que os itens i e ii são aplicáveis apenas ao IRPJ, enquanto que o item iii refere-se tanto ao IRPJ quanto à CSLL.

Cabe ressaltar que, em 2008, houve alteração na forma de contabilização do incentivo SUDENE, que passou a ser registrado no Resultado do Exercício, após a apuração do LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), e impactando positivamente o Lucro Líquido apurado. Essa alteração na sua contabilização não impactou o montante de incentivo auferido pela Companhia, nem o fluxo de desembolso referente às suas obrigações fiscais.

No 4T09, o resultado de IRPJ e CSLL foi uma despesa de R\$20,8 milhões, desconsiderando os R\$56,3 milhões não recorrentes referentes ao reconhecimento de IR/CS a pagar pela adesão ao REFIS. Assim, o imposto recolhido totaliza R\$1,5 milhão, o que representa alíquota efetiva de 2,2% em relação ao LAIR ajustado.

Lucro Líquido

Em 2009, a CEMAR alcançou Lucro Líquido (LL) de R\$ 198,3 milhões, 23,6% inferior ao obtido no ano anterior. Desconsiderando o impacto final do REFIS, o LL do exercício teria sido de R\$288,6 milhões, aumento de mais de 25% em relação a 2008. O lucro líquido apurado em 2009 equivale a R\$1,21 por ação, valor inferior ao R\$1,39 registrado no resultado de 2008.

Endividamento

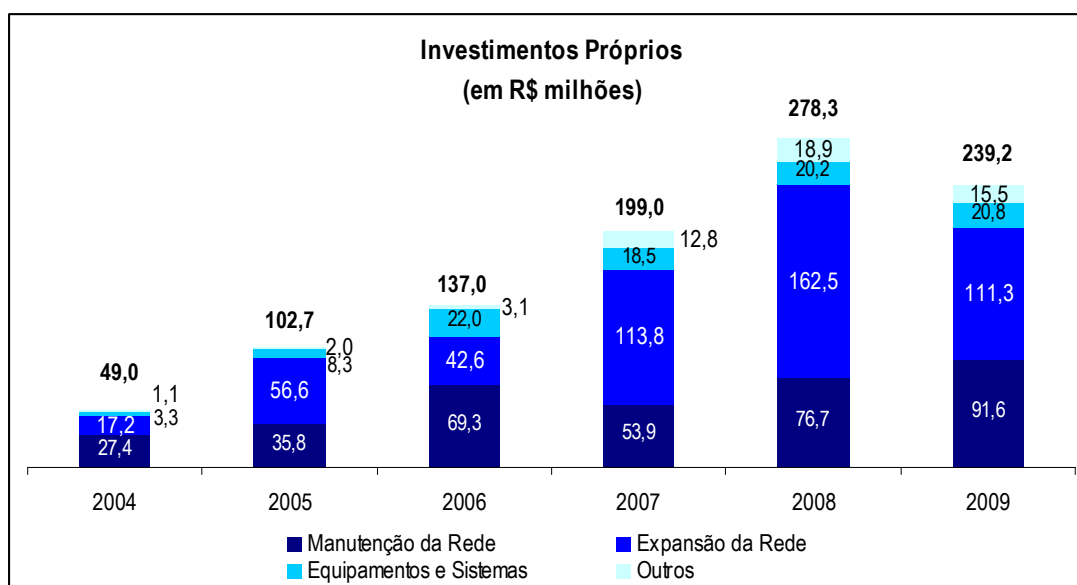
No fechamento de 2009, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$1.217,3 milhões, aumento de 16,5% em relação ao endividamento registrado ao final de 2008. Os vencimentos da dívida da CEMAR estão concentrados no longo prazo, com apenas 12,2% vencendo nos próximos 12 meses e praticamente 60% vencendo apenas a partir de 2013. O custo médio da dívida é de 8,3%, o que equivale a 84,0% do CDI dos últimos 12 meses. A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$768,6

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

milhões em dezembro de 2009, mantendo a relação de 1,6 vezes o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses.

Investimentos Próprios

Em 2009, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 239,2 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.

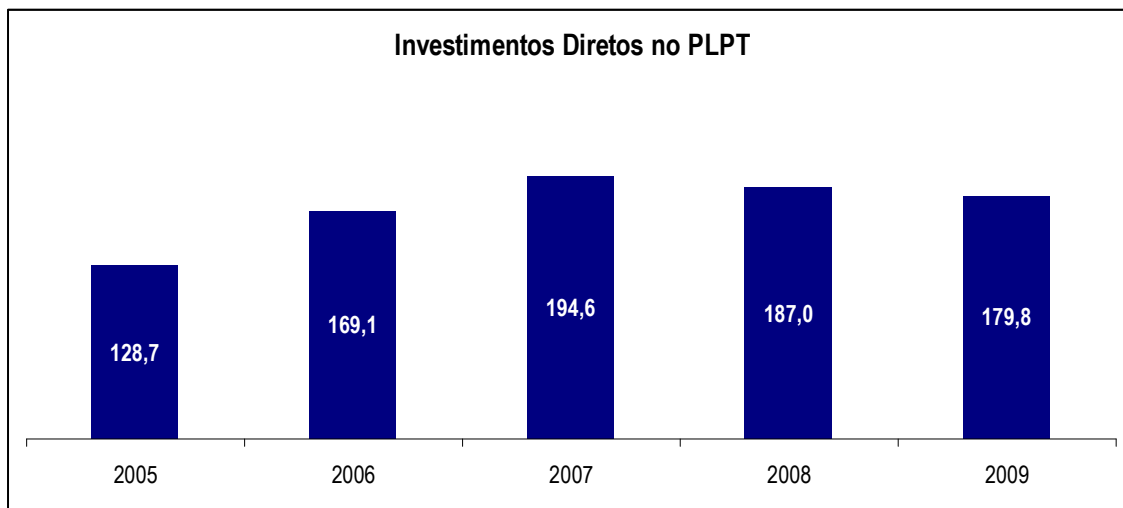


Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2009, foi alcançada a marca de 229 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,1 milhão de habitantes.

O investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$ 179,8 milhões, sendo que o investimento acumulado desde o início do programa totaliza R\$ 859,2 milhões.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Nome	Cargo
Carlos Augusto Leone Piani	Diretor-Presidente
Augusto Miranda Paz Jr.	Diretor Vice-Presidente
Eduardo Haiama	Diretor de Relações com Investidores
Gisomar Francisco Bittencourt Marinho	Diretor Administrativo Financeiro
José Jorge Leite Soares	Diretor de Relações Institucionais e Planejamento
Marcos Antônio Souza de Almeida	Diretor Comercial
Patrícia Pugas de Azevedo Lima	Diretora de Gente
Raimundo Nonato Castro	Diretor de Engenharia
Tinn Freire Amado	Diretor de Assuntos Regulatórios

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Presidente do Conselho
Alessandro Monteiro Morgado Horta	Conselheiro
Ana Marta Veloso	Conselheiro
Carlos Augusto Leone Piani	Conselheiro
Francisco de Carlos Campos	Conselheiro
Gilberto Sayão da Silva	Conselheiro
José Carlos Muniz de Brito Filho	Conselheiro
Paulo J. Bandeira de Mello Pedrosa	Conselheiro
Remi Ribeiro de Oliveira	Conselheiro

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Social Anual 2009 (não auditado)

Empresa: CEMAR

1 - Base de Cálculo		2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)						
Receita líquida (RL)		1.147.502			999.364						
Resultado operacional (RO)		357.788			324.413						
Folha de pagamento bruta (FPB)		61.599			56.304						
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre	% sobre RL				
Alimentação		6.424	10,43%	0,56%	5.325	9,46%	0,53%				
Encargos sociais compulsórios		14.459	23,47%	1,26%	12.511	22,22%	1,25%				
Previdência privada		1.581	2,57%	0,14%	1.194	2,12%	0,12%				
Saúde		2.694	4,37%	0,23%	2.314	4,11%	0,23%				
Segurança e saúde no trabalho		727	1,18%	0,06%	1.733	3,08%	0,17%				
Educação		86	0,14%	0,01%	69	0,12%	0,01%				
Cultura		21	0,03%	0,00%	11	0,02%	0,00%				
Capacitação e desenvolvimento profissional		546	0,89%	0,05%	1.155	2,05%	0,12%				
Creches ou auxílio-creche		69	0,11%	0,01%	47	0,08%	0,00%				
Participação nos lucros ou resultados		7.337	11,91%	0,64%	6.362	11,30%	0,64%				
Outros		1.248	2,03%	0,11%	959	1,70%	0,10%				
Total - Indicadores sociais internos		35.192	57,13%	3,07%	31.680	56,27%	3,17%				
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre	% sobre RL				
Educação		94	0,03%	0,01%	521	0,16%	0,05%				
Cultura		111	0,03%	0,01%	45	0,01%	0,00%				
Saúde e saneamento		16	0,00%	0,00%	381	0,12%	0,04%				
Esporte		28	0,01%	0,00%	15	0,00%	0,00%				
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	9	0,00%	0,00%				
Outros		93	0,03%	0,01%	1.137	0,35%	0,11%				
Total das contribuições para a sociedade		342	0,10%	0,03%	2.108	0,65%	0,21%				
Tributos (excluídos encargos sociais)		529.081	147,88%	46,11%	465.403	143,46%	46,57%				
Total - Indicadores sociais externos		529.423	147,97%	46,14%	467.511	144,11%	46,78%				
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre	% sobre RL				
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		7.543	2,11%	0,66%	17.433	5,37%	1,74%				
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	34	0,01%	0,00%				
Total dos investimentos em meio ambiente		7.543	2,11%	0,66%	17.467	5,38%	1,75%				
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa		<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%							
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2009			2008						
Nº de empregados(as) ao final do período		1.309			1.287						
Nº de admissões durante o período		188			242						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		5.072			4.300						
Nº de estagiários(as)		68			78						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		245			242						
Nº de mulheres que trabalham na empresa		368			356						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		24,00%			22,00%						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		121			123						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		5,00%			0,30%						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		44			42						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2009			Metas 2010						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		20 vezes			20 vezes						
Número total de acidentes de trabalho		9			9						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT				
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
A participação dos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são evitados	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão evitados				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivar				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 4021	no Procon 1079	na Justiça 5033	na empresa 4021	no Procon 1079	na Justiça 5033				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 100,0%	no Procon 100,0%	na Justiça 59,23	na empresa 100,0%	no Procon 100,0%	na Justiça 59,23				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2009: 935.186			Em 2008: 841.159						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		57% governo	5% colaboradores(as)	6% acionistas	18% terceiros	15% retido	55% governo	4% colaboradores(as)	17% acionistas	14% terceiros	10% retido
7 - Outras Informações											

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, além da construção e da operação de sistemas de geração, em pequena escala. Em consonância com a regulamentação setorial, a Companhia pode administrar sistemas de sub-transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencente à União, ao Estado ou aos Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, e outros procedimentos necessários à consecução do seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência até 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

A energia adquirida é comercializada junto aos consumidores residenciais, industriais, comerciais, rurais e aos órgãos dos poderes públicos. Conforme a legislação que regulamenta o setor elétrico, Decreto/Lei nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a CEMAR adquiriu energia na modalidade de Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), para atender 100% do Mercado

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Regulado em energia contratada até 2034, sendo permitido o repasse de até 103% dos montantes contratados para as tarifas de fornecimento de energia elétrica.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo atendido os conceitos contábeis introduzidos pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho da Administração e Conselho Fiscal em 24 de março de 2010.

4 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício fiscal.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

b. Estimativas contábeis

Em atendimento à Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização dos estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo os recebíveis relativos aos serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas (vide Nota Explicativa nº 32).

Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

- **Instrumentos mantidos até o vencimento**

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento os seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- **Instrumentos disponíveis para venda**

Os investimentos da Companhia em instrumentos financeiros, de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida, são classificados como disponíveis para venda, quando após o reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo seu valor justo através do resultado, se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimentos e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças na Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovados pela Deliberação CVM 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período (vide Nota Explicativa nº 27).

e. Ativos circulante e não circulante:

- ***Aplicações financeiras***

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras estão classificadas como disponíveis para negociação, valorizados ao valor justo através do resultado (vide Nota Explicativa nº 6).

- ***Consumidores e revendedores***

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência (vide Nota Explicativa nº 7).

- ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa***

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa nº 7a).

- ***Estoques (inclusive do ativo imobilizado)***

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário que não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição.

- **Baixa renda**

Inclui os valores decorrentes dos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial de baixa renda, estabelecida pela Lei nº 10.438/2002 (vide Nota Explicativa nº 8).

- **Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

- **Imobilizado**

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UCs, conforme determina a Portaria nº 815 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução nº 02 da ANEEL, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999 (vide Nota Explicativa nº 14).

Os gastos, que representam o aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem, são considerados como ativo imobilizado e são capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 da ANEEL, de 26 de outubro de 2001, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão é apresentado como redutor do Ativo Imobilizado. As citadas obrigações referem-se aos valores recebidos de consumidores para possibilitar a realização dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica, e aos recursos recebidos da União, do Estado do Maranhão e de outras fontes, com fins específicos de financiamento de obras de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, incluindo os recursos do Programa Nacional de Universalização e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural - Programa Luz para Todos (Vide Nota Explicativa nº 17d).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ***Intangíveis***

Registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção dos sistemas corporativos, este último deduzido da amortização acumulada realizada a uma taxa de 20% a.a. (vide Nota Explicativa nº 15).

- ***Redução ao valor recuperável de ativos***

O ativo imobilizado e intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

f. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos, e após a análise de relevância, o ajuste a valor presente foi julgado imaterial por parte da Administração, não efetuando o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

- ***Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e debêntures***

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial incorrida até a data do balanço, além dos juros e demais encargos previstos contratualmente e apropriados como despesas financeiras até a data do balanço.

- ***Provisão para contingências***

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Companhia. O saldo da provisão para contingências está apresentado líquido dos seus respectivos depósitos judiciais.

- ***Demais passivos circulante e não circulante***

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), ou seja, os ajustes decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/99, não terão efeitos tributários.

i. Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão patrocinado pela CEMAR são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação nº 371/2000 da CVM e NPC nº 26 do IBRACON. A Companhia não vem reconhecendo os superávits do seu plano de aposentadoria e pensão no resultado do exercício.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

j. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Disponibilidades

	2009	2008
Caixa e bancos	13.388	9.200
Numerário em trânsito	<u>8.430</u>	<u>9.426</u>
Total	<u>21.818</u>	<u>18.626</u>

6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras nacionais, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, estando disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 destacam-se as aplicações em Debêntures Compromissadas dos Bancos Votorantim e Safra, nos montantes de R\$ 47.131 e R\$ 39.059 respectivamente. Estas são comparadas às aplicações de CDB, tendo como lastro debêntures registradas na CETIP da carteira própria dos bancos detentores do valor.

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	2009	2008
Banco do Nordeste	CDB - Recurso garantia	Dez/09	100,0% CDI	-	1.106
Banco do Nordeste	CDB - Recurso garantia	Abr/21	98% CDI	8.775	-
Banco do Nordeste	CDB - Recurso garantia	Jan/13	98% CDI	1.180	-
Banco do Nordeste	LFT (*)	Mar/09	97,00% CDI	-	6.303
Banco do Nordeste	LFT (*)	Dez/16	98,00% CDI	6.615	-
Banco do Nordeste	CDB - Recurso próprio	Mar/11	99,00% CDI	8.773	-
Bradesco	CDB - Recurso próprio	Mai/10	102,00% CDI	-	83
Bradesco	CDB - Recurso garantia	Jun/11	102,0% CDI	-	3.145
Bradesco	CDB	Jul/10	102,2% CDI	1.230	1.117
Bradesco	LFT (*)	Dez/10	100% SELIC	123	112
Bradesco	CDB - Recurso garantia	Abr/10	98,80% CDI	6	119
Bradesco	CDB - Recurso garantia	Jun/11	97,00% CDI	4	-
Bradesco	CDB Recurso garantia	Jun/11	99,00% CDI	1.827	-

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	2009	2008
Bradesco	CDB escalonado	Nov/11	105,2% CDI	14.336	-
Bradesco	CDB escalonado	Nov/11	104,1% CDI	-	33.159
Bradesco	CDB escalonado	Nov/11	103,5% CDI	-	41.461
Bradesco	CDB escalonado	Dez/11	103,2% CDI	-	6.117
Bradesco	Debêntures compromissadas	Dez/10	104,0% CDI	-	10.042
Bradesco	Fundo de investimentos	(**)	(***)	72.442	5.919
Pactual	Fundo de investimentos	(**)	(***)	112	-
Pactual	CDB Recurso próprio	Jun/11	103,0% CDI	1.395	-
Unibanco	Debêntures compromissadas	Dez/10	104,0% CDI	-	54.257
Unibanco	Debêntures compromissadas	Jan/10	104,1% CDI	12.432	29.109
Safra	Debêntures compromissadas	Mai/10	103,6% CDI	30	-
Safra	Debêntures compromissadas	Mar/10	101,0% CDI	17.370	-
Safra	Debêntures compromissadas	Dez/10	100,8% CDI	12.821	-
Safra	Debêntures compromissadas	Dez/10	100,6% CDI	8.838	-
Safra	Debêntures compromissadas	Set/09	104,8% CDI	-	26.037
Votorantim	Debêntures compromissadas	Set/10	104,6% CDI	-	608
Votorantim	Debêntures compromissadas	Mar/10	104,0% CDI	30	-
Votorantim	Debêntures compromissadas	Mai/10	103,8% CDI	13	-
Votorantim	Debêntures compromissadas	Set/10 a Dez/10	103,0% CDI	41.634	-
Votorantim	Debêntures compromissadas	Dez/10	102,0% CDI	5.454	-
Votorantim	Fundo de investimentos	(**)	(***)	6.082	-
Banco do Brasil	Fundo de investimentos	(**)	(***)	5.148	7.314
Banco do Brasil	CDB Recurso próprio	Set/10	100,0% CDI	7.363	-
Itaú	CDB Recurso próprio	Jan/10 a Abr/10	101,0% CDI	850	-
Itaú	CDB Recurso próprio	(**)	20,0% CDI	10	-
Itaú	Debêntures compromissadas	Abr/10	102,0% CDI	174	-
Itaú	Debêntures compromissadas	Set/10	101,0% CDI	12.286	-
Itaú	CDB Recurso próprio	Jan/09 a Ago/09	105,0% CDI	-	26.904
Itaú	Fundo de investimentos	(**)	(***)	63.339	-
Real	CDB Recurso próprio	Set/11	100,0% CDI	10.258	-
Pine	CDB Recurso próprio	Nov/11	104,0% CDI	2.015	-

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	2009	2008
HSBC	CDB Recurso próprio	Set/12	101,0% CDI	<u>12.684</u>	-
Total				<u>335.649</u>	<u>252.912</u>

(*) LFT - Letras Financeiras do Tesouro - aplicações em títulos do Tesouro Nacional através do banco de custódia.

(**) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

(***) Aplicações com rentabilidade de acordo com a quota do fundo.

No exercício de 2009, a Companhia incrementou suas aplicações no montante de R\$ 99.773 por conta da geração de caixa operacional e captação de novos empréstimos.

A Companhia considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Consumidores e revendedores

	2009				2008		
	Vincendos	Vencidos		Total	PCLD	Total	PCLD
		Até 90 dias	Mais de 90 dias				
Fornecimento faturado							
Setor privado							
Residencial	49.182	56.190	9.926	115.298	19.552	112.133	11.623
Industrial	12.205	6.239	3.499	21.943	3.269	28.022	4.466
Comercial, serviços e outras	26.482	14.658	4.155	45.295	4.336	46.616	4.629
Rural	<u>4.390</u>	<u>2.732</u>	<u>2.168</u>	<u>9.290</u>	<u>805</u>	<u>9.406</u>	<u>1.159</u>
	<u>92.259</u>	<u>79.819</u>	<u>19.748</u>	<u>191.826</u>	<u>27.962</u>	<u>196.177</u>	<u>21.877</u>
Setor público							
Poder público	5.748	9.599	1.539	16.886	825	14.147	876
Iluminação pública	6.187	4.840	391	11.418	246	7.228	244
Serviço público	<u>7.836</u>	<u>5.183</u>	<u>1.165</u>	<u>14.184</u>	<u>857</u>	<u>16.490</u>	<u>879</u>
	19.771	19.622	3.095	42.488	1.928	37.865	1.999
Fornecimento não faturado	41.211	-	-	41.211	-	26.897	-
PERCEE	119	-	-	119	-	115	-
Encargo de capacidade emergencial	3	-	3	6	-	8	-
Parcelamento	126.463	10.351	8.382	145.196	9.877	70.252	3.378

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2009				2008		
	Vincendos	Vencidos		Total	PCLD	Total	PCLD
		Até 90 dias	Mais de 90 dias				
Parcelamento - ajuste a valor presente (1)	(3.645)	-	-	(3.645)	-	(3.192)	-
Outros	<u>4.658</u>	<u>5.851</u>	<u>3.095</u>	<u>13.604</u>	<u>3.265</u>	<u>18.407</u>	<u>3.287</u>
	<u>168.809</u>	<u>16.202</u>	<u>11.480</u>	<u>196.491</u>	<u>13.142</u>	<u>112.487</u>	<u>6.665</u>
Subtotal - Consumidores	<u>280.839</u>	<u>115.643</u>	<u>34.323</u>	<u>430.805</u>	<u>43.032</u>	<u>346.529</u>	<u>30.541</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7 b)	8.406	-	197	8.603	197	13.876	197
Concessionárias	205	-	-	205	-	304	-
Cheques em cobrança	-	-	4.993	4.993	4.993	4.977	4.977
Serviços prestados a terceiros	-	-	<u>627</u>	<u>627</u>	<u>528</u>	<u>969</u>	<u>792</u>
	<u>8.611</u>	-	<u>5.817</u>	<u>14.428</u>	<u>5.718</u>	<u>20.126</u>	<u>5.966</u>
Total	<u>289.450</u>	<u>115.643</u>	<u>40.140</u>	<u>445.233</u>	<u>48.750</u>	<u>366.655</u>	<u>36.507</u>
Ativo circulante	221.215	115.643	36.502	373.360	45.112	333.787	32.869
Ativo não circulante (menos Vencidos há mais de 90 dias)	68.235	-	3.638	71.873	3.638	32.868	3.638

(1) Em atendimento a Deliberação nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada. A Companhia registrou R\$ 3.645 a título de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre parcelamentos (R\$ 3.192 em 31 de dezembro de 2008), sendo R\$ 453 a débito do resultado financeiro.

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos na Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

• **Clientes com débitos relevantes**

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

b. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (operações de curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CEMAR, utilizando as informações disponíveis.

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

A divulgação da apuração das operações efetuadas no âmbito da CCEE, para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, apresentou o montante de R\$ 64.986. Deste total, há um saldo a receber de R\$ 8.010, que está sendo contestado judicialmente (entre os agentes CCEE/ANEEL), tendo sido avaliado por Assessores Jurídicos da Companhia, como risco possível de perda. Este saldo pode sofrer modificações, dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor, apresentando um saldo correspondente a inadimplência, no valor de R\$ 1.490 (entre a CEMAR e os devedores). Desse total, R\$ 197 está provisionado e R\$ 1.293 está em cobrança judicial, os quais, atendendo aos critérios fiscais, foram levados à perda, resultando no benefício fiscal com a redução do imposto de renda e da contribuição social. As demais operações realizadas até 31 de dezembro de 2009 geraram direito a crédito de R\$ 396 (5.669 em 31 de dezembro de 2008).

A receita total até 31 de dezembro de 2009, líquida dos ajustes de períodos anteriores divulgados pela CCEE, é de R\$ 10.455 (R\$ 19.502 até 31 de dezembro de 2008).

8 Baixa renda

Em 1º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda. De acordo com tais procedimentos, em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possuía R\$ 23.115 (R\$ 18.004 em 31 de dezembro de 2008) a receber da Eletrobrás.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF sobre aplicação financeira	3.155	-	3.788	-
CSLL antecipado (a)	7	-	7	-
IRPJ a restituir	1.275	-	731	-
ICMS a recuperar CIAP (b)	38.812	41.185	34.814	43.996
COFINS a compensar (c)	2	51.284	1	32.675
PIS a compensar (c)	-	11.133	-	7.093
IRPJ e CSLL diferidos	5.444	-	-	-
Outros	<u>2.226</u>	<u>2.557</u>	<u>1.766</u>	<u>1.505</u>
Total	<u>50.921</u>	<u>106.159</u>	<u>41.107</u>	<u>85.269</u>

- (a) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
- (b) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, não sujeitos a efeitos de Ajustes a Valor Presente (AVP).
- (c) O PIS e a COFINS a compensar decorre do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, respectivamente. Ressalta-se que os valores do PIS e da COFINS a compensar constantes do ativo não circulante referem-se à exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo das referidas contribuições sociais, conforme mandados de segurança nºs 2006.37.00.005574-3 e 2008.37.00.004357-1, respectivamente.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Com base no disposto na Instrução nº 371/2002 da CVM, a Administração reconheceu o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas considerando as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração que indicam que esse ativo será realizado em menos de 10 anos. Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para a sua

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

recuperação, e estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução nº 371 da CVM, de 27 de junho de 2002.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante da Companhia, considerando a expectativa de sua realização, determinado com base nas projeções dos resultados futuros da Companhia, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis.

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

	2009	2008
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais	217.485	204.195
Diferenças temporais	_____ -	_____ -
	217.485	204.195
Contribuição social		
Base negativa	1.456	15.293
Diferenças temporais	_____ -	_____ -
	1.456	15.293
Total	<u>218.941</u>	<u>219.488</u>
Ativo não circulante	<u>218.941</u>	<u>219.488</u>

b. Expectativa de recuperação

A Companhia, por orientação de sua Administração, efetuou análise dos seus prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, acumulados nos anos calendários de 1990 a 2005, tomando por base as Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídica - DIPJ e o Livro de Apuração de Lucro Real - LALUR, submetendo a análise de especialista tributário. Como resultado, em 30 de junho de 2009, foi reconhecido no balanço patrimonial um crédito adicional de R\$ 27.415 a título de complemento do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação desses créditos fiscais está em observância aos limites de projeções de resultado da Companhia.

Com base nos estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores dos impostos diferidos, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser assim representada:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Expectativa de realização	2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2018	Total
Impostos diferidos	57.411	17.245	18.309	16.011	21.404	88.561	218.941

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera. Novo estudo técnico de viabilidade para o exercício de 2010 foi elaborado pela Companhia, o qual foi submetido à aprovação do Conselho de Administração no dia 25 de março de 2010.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CS) debitada em resultado, nos exercícios de 2009 e 2008, é demonstrada como segue:

	2009		2008	
	IR	CS	IR (*)	CS (*)
Lucro contábil antes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) (2)	262.814	262.814	288.747	288.747
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal	65.704	23.653	72.187	25.987
Adições:				
Despesas não dedutíveis	100.659	34.694	65.456	23.573
Depreciação Acelerada (1)	433	-	904	-
Exclusões:				
Reversões de provisões, RTD e ativos regulatórios	(70.036)	(25.213)	(69.904)	(25.165)
Depreciação acelerada (1)	(42.484)	-	(21.950)	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	(9.940)	-	(7.319)
Subtotal	<u>54.276</u>	<u>23.194</u>	<u>46.693</u>	<u>17.076</u>
Incentivo PAT	(122)	-	(112)	-
Despesa IRPJ 2005	27.154	11.166	-	-
Reversão da provisão de IR/CS apurada em 2006/2005	-	-	-	-
IR e CS no resultado do exercício	<u>81.308</u>	<u>34.360</u>	<u>46.581</u>	<u>17.076</u>
Alíquota efetiva (excluindo IR/CS Diferidos)	<u>30.94%</u>	<u>13.07%</u>	<u>16.13%</u>	<u>5.91%</u>
Ativo fiscal diferido	(1.367)	4.404	25.812	9.034
(+) IRPJ Subvenção governamental	(54.155)	-	(46.577)	-
Ajuste do adicional de 10% s/ 240.000	(24)	-	-	-
Despesa total	25.762	38.764	25.816	26.110

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2009		2008	
	IR	CS	IR (*)	CS (*)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>9,81%</u>	<u>14,75%</u>	<u>8,94%</u>	<u>9,04%</u>

- (1) Incentivo da depreciação acelerada
(2) Lucro operacional antes das provisões de impostos e após participação nos lucros
(*) Lucro contábil sem os efeitos das reclassificações conforme Nota Explicativa nº 4.1(c).

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Empresas	Ref.	Natureza da operação	2009			2008		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimo	-	411.138	20.391	-	340.236	17.957
		Dividendos	-	33.007	-	-	46.998	-
FASCEMAR	(b)	Empréstimo	-	26.071	2.919	-	27.856	3.952
		Previdência privada	-	-	1.630	-	-	1.194
EQUATORIAL	(c)	Contrato de compartilhamento	49	-	-	114	-	-
		Dividendos	-	64.052	-	-	91.196	-
LIGHT	(d)	Compra de energia elétrica	-	1.107	9.273	-	1.105	8.758
		Uso da rede	-	1	9	-	-	6
CHESF	(e)	Compra de energia elétrica	-	9.140	77.314	-	9.138	72.180
		Uso de rede	-	790	6.779	-	164	4.762
ELETRONORTE	(f)	Compra de energia elétrica	-	4.648	39.068	-	7.497	47.825
		Uso de rede	-	2.885	24.179	-	517	14.625
FURNAS	(g)	Compra de energia elétrica	-	13.554	114.781	-	13.507	106.108
		Uso de rede	-	963	7.822	-	191	6.161
CEMIG	(h)	Compra de energia elétrica	-	2.581	21.629	-	1.725	13.666
		Uso de rede	-	305	2.290	-	51	1.419
CEPISA	(i)	Uso de rede	205	8.852	16.618	-	1.461	12.194

(a) Os valores com a ELETROBRÁS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRÁS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17;

- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes de empréstimos e das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar - FASCEMAR. Os contratos de empréstimos estão descritos na Nota Explicativa nº 17 e as condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão na Nota Explicativa nº 28.
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a pagar.
- (d) Os valores com a Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light") são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado, com vigência: produto CCEAR 2005 nº 320/2005 até 2012 e produto CCEAR 2006 nº 705/2004 e 27167 até 2013.
- (e) Os valores com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso da rede. Os produtos contratados junto à CHESF são: CCEAR 2005 nº 82/2004 vigência até 2012, CCEAR 2006 nº 460/2004 vigência até 2013, CCEAR 2007 nº 770/2004 vigência até 2014, CCEAR 2008 nº 1158/2005 vigência até 2015, contrato A-1 nº 3172/2006 vigência até 2014 e CCEAR 2009 nº 27220 vigência até 2016.
- (f) Os valores com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso da rede. Os contratos são: contrato CCEAR 2005 nº 184/2004 vigência até 2012, contrato CCEAR 2006 nº 565/2004 vigência até 2013, contrato CCEAR 2007 nº 863/2004 vigência até 2014, contrato CCEAR 2008 nº 1226/2005 vigência até 2015, o contrato A-1 nº 3193/2006 vigência até 2014.
- (g) Os valores com FURNAS Centrais Elétricas S/A são provenientes de contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso de rede. Os contratos são: contrato CCEAR 2005 nº 286/2004 vigência até 2012, contrato CCEAR 2006 nº 670/2004 vigência até 2013, contrato CCEAR 2007 nº 925/2004 vigência até 2014, o contrato P8-Nova nº 1833/2005 vigência até 2037 e contrato CCEAR 2009 nº 27219 com vigência até 2016.
- (h) Os valores com CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica, que são pactuados em condições normais de mercado e uso da rede. Os contratos são: contrato CCEAR 2006 nº 390/2004 vigência até 2013, o contrato CCEAR 2008 nº 1056/2005 vigência até 2015 e contrato CCEAR 2009 nº 3293 com vigência até 2016.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Os valores com a Companhia Energética do Piauí - CEPISA são provenientes de uso da rede.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está descrita abaixo:

	2009	2008
Benefícios de curto prazo	4.873	6.490
Benefícios pós emprego (Previdência privada)	58	57
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	220
Remuneração com base em ações	<u>197</u>	<u>43</u>
	<u>5.128</u>	<u>6.810</u>

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do Aval	Início	Término	Valor liberado	Saldo 4ºTRIO9
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100,00	23/11/2005	28/02/2017	136.076	116.515
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100,00	13/06/2006	30/06/2013	2.359	1.982
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00221-7)	46	100,00	20/04/2006	15/05/2013	46	15
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (40/00222-5)	388	100,00	07/07/2006	15/05/2013	388	124
Banco de Desenvolvimento do Nordeste - BNDES (106607040004100)	28.481	100,00	10/04/2007	15/02/2012	28.481	17.007
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4165.2386)	9.652	100,00	06/12/2007	06/12/2012	9.652	7.287
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4498.2433)	144.939	100,00	05/12/2009	05/02/2021	135.800	137.458
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50,00	01/02/2008	15/01/2016	135.056	140.903
Banco de Desenvolvimento do Nordeste - BNDES (10/473589-0)	79.663	100,00	11/03/2008	15/07/2013	79.651	72.369
3ª Emissão Pública de Debêntures	<u>267.300</u>	100,00	01/03/2007	01/03/2013	<u>267.300</u>	<u>275.114</u>
Total	<u>804.238</u>				<u>794.809</u>	<u>768.774</u>

(*) Limite de exposição de US\$ 40.000.000,00

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Ativos e passivos regulatórios

	Ref.	Ativo			
		2009		2008	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela "A" - CVA	(a)	19.881	-	21.674	-
Reposicionamento tarifário diferido	(b)	33.352	-	17.024	60.447
Exposição involuntária ao PLD	(c)	5.211	-	-	8.431
Previsão baixa renda	(g)	22.159	-	-	-
Ajuste financeiro do contrato de uso dos sistemas de distribuição - CUSD		-	-	60	-
Ativos guseiros		278	-	125	-
Programa luz para todos - PLPT	(f)	3.576	-	48	4.471
Parcela de ajuste conexão		-	-	47	-
Parcela de ajuste rede básica		-	-	1.192	-
Campanha de medidas		-	-	552	-
Outros		460	-	1.319	-
Total		<u>84.917</u>	=	<u>42.041</u>	<u>73.349</u>

	Ref.	Passivo			
		2009		2008	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - CVA	(a)	10.201	-	9.125	-
Ajuste aplicação trajetória de perdas do 1º ciclo	(h)	4.248	-	-	-
Energia elétrica excedente - Sobre contratação	(d)	-	-	930	-
Exposição financeira	(e)	1.711	-	2.957	-
Parcela de ajuste fronteira		567	-	-	-
Parcela de ajuste rede básica		-	-	1.279	-
Outros		96	-	629	-
Total		<u>16.823</u>	=	<u>14.920</u>	=

Revisão tarifária periódica

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Homologatória no nº 870, de 25 de Agosto de 2009 homologou os resultados do processo de Revisão Tarifária Periódica que tramitava naquela Agência. Como resultado do processo as tarifas da CEMAR foram reposicionadas em -11,03%, com um efeito médio percebido pelo consumidor de -1,64%, resultante da consideração de componentes financeiros no valor de 9,55%. Também foram fixados o valor da componente Xe do Fator X em 1,06%, o valor para as perdas técnicas sobre a energia injetada em 12,42% e o valor para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão em 24,16%.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No mesmo processo, por meio da Resolução para autorização nº 2.061, de 25 de Agosto de 2009, a ANEEL estabeleceu os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos de unidades consumidoras da área de concessão da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, para o período 2010-2013.

a. Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação da Variação dos Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre os reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	Ativo		Passivo		
	Circulante	Total	Circulante	Total	
CVA - 28/ago/2007 a 27/ago/2008	487	487	243	243	
CVA - 28/ago/2008 a 27/ago/2009	11.187	11.187	405	405	
CVA - 28/ago/2009 a 27/ago/2010	8.207	8.207	9.553	9.553	
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>19.881</u>	<u>19.881</u>	<u>10.201</u>	<u>10.201</u>	
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>21.674</u>	<u>21.674</u>	<u>9.125</u>	<u>9.125</u>	
CVA - Ativo	Saldos em 31/12/2008	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldos em 31/12/2009
CCC	4.453	582	6.769	(3.147)	8.657
CDE	353	48	638	(532)	507
ESS	14.588	1.144	2.701	(11.976)	6.457
Transporte	1.033	64	958	(345)	1.710
Energia comprada	-	6	-	118	124
PROINFA	<u>1.247</u>	<u>283</u>	<u>3.889</u>	<u>(2.993)</u>	<u>2.426</u>
Total	<u>21.674</u>	<u>2.127</u>	<u>14.955</u>	(18.875)	<u>19.881</u>
CVA - Passivo	Saldos em 31/12/2008	Remuneração	Constituição	Amortização	Saldos em 31/12/2009
CCC	1.492	61	-	(1.553)	-
Energia comprada	7.021	451	7.257	(5.358)	9.371
Transporte	-	29	672	(296)	405
PROINFA	612	11	(623)	-	-
ESS	-	<u>7</u>	<u>418</u>	-	<u>425</u>
Total	<u>9.125</u>	<u>559</u>	<u>7.724</u>	<u>(7.207)</u>	<u>10.201</u>

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Reposicionamento tarifário diferido - RTD

O processo de revisão tarifária, previsto nos contratos de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, aconteceu pela primeira vez no caso da CEMAR em agosto de 2005, e a sua realização está prevista a cada quatro anos. Este processo tem como objetivo redefinir o nível das tarifas do fornecimento de energia elétrica, baseando-se em custos operacionais eficientes e na adequada remuneração sobre os investimentos realizados de forma eficiente e prudente pelas empresas.

O processo de revisão tarifária da CEMAR teve início em 2004 e foi concluído no dia 22 de agosto de 2005 com a divulgação pela ANEEL do novo reposicionamento tarifário da Companhia. As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEMAR tiveram reajuste médio de 15,95%, sendo que a ANEEL autorizou por meio da Resolução Homologatória nº 196 de 22 de agosto de 2005, apenas o repasse imediato de 7,16% acrescido dos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica (CVA e ativos regulatórios) de 3,80%, implicando em um aumento tarifário total de 10,96%. O recebimento pela Companhia da diferença do índice foi diferido em três parcelas para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A CEMAR vem apurando mensalmente a parcela do RTD, constituído pela diferença entre o índice médio homologado de 15,95% e o repasse autorizado para as tarifas (7,16%). De acordo com a Resolução Homologatória nº 196, a ANEEL incluiria na parcela B dos reajustes tarifários dos próximos três anos (agosto de 2006, 2007 e 2008) valores para compensar a diferença do reajuste postergado. A primeira parcela no valor de R\$ 42.451 mil foi considerada no reajuste tarifário de 2006 e 2007.

Em agosto de 2008, a ANEEL decidiu postergar o recebimento, por parte da CEMAR, da terceira parcela do diferimento no valor de R\$ 60.447. Na Revisão tarifária periódica de 2009 foi concedido como componente financeiro, o montante de R\$ 59.010, referente a esta última parcela, para amortização nos próximos doze meses. Em 31 de dezembro de 2009, a CEMAR apurou um saldo amortizar desse Ativo Regulatório no valor total de R\$ 33.352, registrado no ativo circulante (R\$ 17.024 registrado no ativo circulante e R\$ 60.447 no não circulante, em 31 de dezembro de 2008).

c. Exposição involuntária ao PLD

A partir de janeiro de 2008, a energia comprada via contratos foi insuficiente para atender o seu mercado, de forma que a CEMAR se viu obrigada a adquirir energia no mercado SPOT, mercado de curto prazo, valorada ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD. Essa exposição ocorreu devido às frustrações dos Leilões A-1 de 2006 e 2007, do Leilão de Ajuste de 2007 e à redução das quotas do PROINFA pela ANEEL em dezembro de 2007 (após a realização dos leilões de compra).

Em função dessa exposição ter acontecido de forma involuntária, a ANEEL homologou, através da Resolução Normativa nº 305, de 18 de março de 2008, o reconhecimento da compra de energia no mercado SPOT como um contrato. Nesse contexto, a variação dos preços SPOT é

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

capturada pelo mecanismo de compensação da variação de custos da parcela A (CVA), gerando um ativo regulatório, o que minimiza o impacto da exposição ao PLD no resultado da Companhia. Em agosto de 2009, o montante de R\$ 9.220 foi concedido pela ANEEL na Revisão tarifária periódica de 2009, considerando o volume de exposição do PLD em que a empresa ficou exposta no ano de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, a CEMAR apresentou um saldo a amortizar de exposição involuntária ao PLD de R\$ 5.211, classificado no ativo circulante (R\$ 8.431 em 31 de dezembro de 2008, registrado no ativo não circulante).

d. Energia elétrica excedente - sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determinou que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

A ANEEL no reajuste tarifário da CEMAR em agosto de 2008, recalculou os valores dos exercícios de 2005 e 2006 e apurou o valor do ano de 2007 com base na nova regra e no procedimento de comercialização na CCEE aprovados pela ANEEL.

e. Exposição financeira

Na revisão tarifária da CEMAR a ANEEL homologou a exposição financeira dos CCEAR's líquidas e negativas das contabilizações do exercício de 2008. Este valor tem como base o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais diferenças dos preços no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE serão repassadas pelos agentes de distribuição aos consumidores.

f. Programa luz para todos - PLPT

A expansão do sistema de distribuição e o aumento do grau de dispersão dos consumidores em função da adição de novos ativos e do número de unidades consumidoras atendidas pelo Programa Luz para Todos, impôs um aumento dos custos das atividades comerciais e de operação e manutenção das redes, e do nível de investimentos não subvencionados. O déficit ocasionado pelo avanço do PLPT é apurado segundo a Resolução nº 294/2007 e considerado nos processos de reajuste ou revisão tarifária como componentes financeiros. Em agosto de 2009, o montante de R\$ 6.327 foi concedido pela ANEEL na Revisão tarifária periódica de 2009, considerando o volume do referido déficit.

Em 31 de dezembro de 2009, a CEMAR apresentou um saldo a amortizar desse ativo regulatório de R\$ 3.576, classificado no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2008 R\$ 48 registrado no ativo circulante e R\$ 4.471 registrado no ativo não circulante conforme a expectativa de recuperação).

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Outros créditos

	2009	2008
Serviços pedidos		
Circulante		
Desativações em curso	1.672	1.371
Alienações em curso	4.959	2.853
Serviços em curso	10.141	3.627
Dispêndios a reembolsar em curso	<u>1.507</u>	<u>34</u>
	<u>18.279</u>	<u>7.885</u>
Outros créditos a receber		
Circulante		
Adiantamento a empregados	1.296	1.130
Sub-rogação de Batavo	445	-
Outros créditos	<u>2.281</u>	<u>1.941</u>
	<u>4.022</u>	<u>3.071</u>
Não circulante		
Caução Garantia	3.434	-
Sub-rogação de Batavo	5.003	-
Alienação de bens e direitos	<u>522</u>	<u>208</u>
	<u>8.959</u>	<u>208</u>
Total	<u>31.260</u>	<u>11.164</u>

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2009				2008	
	Taxas anuais médias ponderadas depreciação	Custo	(-) Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	0%	3.106	-	-	3.106	3.100
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	54.760	(14.166)	-	40.594	16.783
Máquinas e equipamentos	10%	2.358.227	(709.414)	(690.579)	958.234	806.520
Veículos	20%	9.812	(5.742)	-	4.070	3.857
Móveis e utensílios	10%	5.424	(2.999)	-	2.425	1.371
Subtotal		<u>2.431.329</u>	<u>(732.321)</u>	<u>(690.579)</u>	<u>1.008.429</u>	<u>831.631</u>
Em curso						
Terrenos	0%	123	-	-	123	6
Edificações	0%	3.682	-	-	3.682	25.397
Máquinas e equipamentos	0%	276.350	-	(138.533)	137.817	152.664
Veículos	0%	16	-	-	16	266
Móveis e utensílios	0%	232	-	-	232	1.168
Material em depósito	0%	54.145	-	-	54.145	45.919
Outros	0%	18.172	-	-	18.172	21.445
Subtotal		<u>352.720</u>	<u>-</u>	<u>(138.533)</u>	<u>214.187</u>	<u>246.865</u>
Total		<u>2.784.049</u>	<u>(732.321)</u>	<u>(829.112)</u>	<u>1.222.616</u>	<u>1.078.496</u>

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2009				2008	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Geração	4,92%	923	(638)	-	285	690
Distribuição	4,23%	2.363.810	(711.772)	(690.579)	961.459	806.056
Comercialização	4,18%	8.524	(3.446)	-	5.078	37.330
Administração	7,93%	<u>58.072</u>	<u>(16.465)</u>	<u>-</u>	<u>41.607</u>	<u>(12.445)</u>
		<u>2.431.329</u>	<u>(732.321)</u>	<u>(690.579)</u>	<u>1.008.429</u>	<u>831.631</u>
Em curso						
Geração	0%	83	-	-	83	88
Distribuição	0%	345.920	-	(80.414)	265.506	222.407
Comercialização	0%	966	-	-	966	1.206
Administração	0%	<u>5.751</u>	<u>-</u>	<u>(58.119)</u>	<u>(52.368)</u>	<u>23.164</u>
Subtotal		<u>352.720</u>	<u>-</u>	<u>(138.533)</u>	<u>214.187</u>	<u>246.865</u>
Total		<u>2.784.049</u>	<u>(732.321)</u>	<u>(829.112)</u>	<u>1.222.616</u>	<u>1.078.496</u>

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Saldo em 2008	Adições	Baixas	Transferência		Saldo em 2009
				Capitalização	Estoque	
Em serviço						
Geração	1.682	-	(763)	3	-	922
Distribuição	1.957.806	-	(15.473)	421.593	(116)	2.363.809
Comercialização	7.732	-	-	1.162	(370)	8.524
Administração	<u>32.623</u>	-	-	25.450	-	58.073
Subtotal	<u>1.999.843</u>	-	(16.236)	448.208	(486)	2.431.328
(-) Depreciação						
Geração	(992)	(15)	369	-	-	(638)
Distribuição	(627.472)	(93.093)	8.638	-	156	(711.771)
Comercialização	(2.973)	(645)	-	-	172	(3.446)
Administração	(12.497)	(3.968)	-	-	-	(16.465)
Subtotal	(643.934)	(97.721)	9.006	-	328	(732.320)
Total em serviço	<u>1.355.909</u>	<u>(97.721)</u>	<u>(7.230)</u>	<u>448.208</u>	<u>(158)</u>	<u>1.699.008</u>
Em curso						
Geração	88	-	36	(3)	(38)	83
Distribuição	363.761	636.363	(344.495)	(439.554)	129.844	345.919
Comercialização	1.206	886	-	(1.162)	36	966
Administração	<u>23.180</u>	<u>7.942</u>	<u>89</u>	<u>(7.597)</u>	<u>(17.863)</u>	<u>5.751</u>
Subtotal	<u>388.235</u>	<u>645.191</u>	<u>(344.370)</u>	<u>(448.316)</u>	<u>111.979</u>	<u>352.719</u>
Total	<u>1.744.144</u>	<u>547.470</u>	<u>(351.600)</u>	<u>(108)</u>	<u>111.821</u>	<u>2.051.727</u>
Obrigações vinculadas a concessão	(665.649)	<u>377.209</u>	<u>(540.671)</u>	-	-	(829.111)
Imobilizado - líquido	<u>1.078.495</u>					<u>1.222.616</u>

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação dos bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos bens destinados à alienação é de R\$ 522 (R\$ 208 em 31 de dezembro de 2008).

a. Imobilizado em curso:

O saldo das imobilizações em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$ 290.202, R\$ 54.145, R\$ 6.625 e R\$ 1.748 respectivamente (R\$ 325.261, R\$ 45.919, R\$ 6.116 e R\$ 9.884 em 31 de dezembro de 2008, respectivamente).

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$ 40.323 (R\$ 28.289 em 31 dezembro de 2008), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 2.759 (R\$ 1.959 em 31 de dezembro de 2008). O saldo do imobilizado em curso está apresentado líquido dessa provisão.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Taxas de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com o MCSPE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, instituído através da Resolução Normativa nº 367, 2 de junho de 2009, da ANEEL, são as seguintes:

Geração	%	Distribuição			
		Linhas, Redes e Subestações - Tensão < 69KV		Linhas, Redes e Subestações - Tensão > 69KV	
Gerador	3,3		%		%
Edificação	4,0	Banco de capacitores	6,7	Banco de capacitores	5,0
Turbina de gás	5,0	Chave	6,7	Chave	3,3
Motor de combustão interna	6,7	Condutor	5,0	Condutor	2,5
		Edificação	4,0	Edificação	4,0
		Estrutura	5,0	Estrutura	2,5
Comercialização/administração	%	Regulador	4,8	Regulador	3,5
Móveis e utensílios	10,0	Religador	4,3	Religador	4,3
Edificação	4,0	Transformador	5,0	Transformador de Força	2,5
Veículos	20,0	Medidor	4,0	Disjuntor	3,0
Equipamentos de informática	10,0				

c. Obrigações vinculadas à concessão:

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas aos investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para as concessões de distribuição e comercialização, cuja quitação ocorrerá até o final da concessão.

As contribuições dos consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. As doações e subvenções são representadas substancialmente pelos valores não reembolsáveis repassados pela Eletrobrás para custeio do Programa Luz para Todos, no montante de R\$ 736.193 (R\$ 581.605 em 31 de dezembro de 2008), líquidos de impostos. A participação da União corresponde às verbas Federais recebidas para a execução de empreendimentos elétricos vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins da determinação dos indicadores financeiros.

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do imobilizado, referem-se, principalmente aos recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com o ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizados a partir da 2ª revisão tarifária periódica (de 28 de agosto de 2008) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2009		2008	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Faixas de servidões	0%	2.361	-	2.361	162
Direito de uso de software	20%	<u>66.471</u>	<u>(30.007)</u>	<u>36.464</u>	<u>22.254</u>
Subtotal		<u>68.832</u>	<u>(30.007)</u>	<u>38.825</u>	<u>22.416</u>
Em curso					
Faixas de servidões		-	-	-	1.666
Direito de uso de software		<u>11.128</u>	<u>-</u>	<u>11.128</u>	<u>23.371</u>
Subtotal		<u>11.128</u>	<u>-</u>	<u>11.128</u>	<u>25.037</u>
Total		<u>80.060</u>	<u>(30.007)</u>	<u>50.053</u>	<u>47.453</u>

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2009			2008	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Distribuição	30.342	(8.305)	22.037	4.899	
Comercialização	8.541	(4.022)	4.519	3.031	
Administração	<u>29.949</u>	<u>(17.680)</u>	<u>12.269</u>	<u>14.486</u>	
Subtotal	<u>68.832</u>	<u>(30.007)</u>	<u>38.825</u>	<u>22.416</u>	
Em curso					
Distribuição	5.324	-	5.324	1.666	
Comercialização	486	-	486	3.564	
Administração	<u>5.418</u>	<u>-</u>	<u>5.418</u>	<u>19.807</u>	
Subtotal	<u>11.228</u>	<u>-</u>	<u>11.228</u>	<u>25.037</u>	
Total	<u>80.060</u>	<u>(30.007)</u>	<u>50.053</u>	<u>47.453</u>	

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Saldo em 2008	Adições	Transferência	Saldo em 2009
Em serviço				
Distribuição	10.313	-	20.029	30.342
Comercialização	5.347	-	3.194	8.541
Administração	<u>26.658</u>	-	<u>3.291</u>	<u>29.949</u>
Subtotal	<u>42.318</u>	-	<u>26.514</u>	<u>68.832</u>
(-) Amortização				
Distribuição	(5.414)	(2.891)	-	(8.305)
Comercialização	(2.316)	(1.706)	-	(4.022)
Administração	<u>(12.172)</u>	<u>(5.508)</u>	-	<u>(17.680)</u>
Subtotal	<u>(19.902)</u>	<u>(10.105)</u>	-	<u>(30.007)</u>
Total em serviço	<u>22.416</u>	<u>(10.105)</u>	<u>26.514</u>	<u>38.825</u>
Em curso				
Distribuição	1.666	5.824	(2.166)	5.324
Comercialização	3.564	116	(3.194)	486
Administração	<u>19.807</u>	<u>6.658</u>	<u>(21.047)</u>	<u>5.418</u>
Subtotal	<u>25.037</u>	<u>12.598</u>	<u>(26.407)</u>	<u>11.228</u>
Total	<u>47.453</u>	<u>2.493</u>	<u>107</u>	<u>50.053</u>

O ativo intangível da Companhia é composto por softwares, faixas de servidão e outros. Os softwares são amortizados a uma taxa de 20% ao ano.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Fornecedores

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Suprimento e Encargos de Conexão (a)		
ELETRONORTE	4.953	7.204
CHESF	9.167	9.195
COPEL	3.692	3.672
Furnas Elétricas	13.554	13.507
CESP	4.970	4.622
CEMIG	2.581	1.725
Outros	10.477	6.050
Energia de curto prazo	-	-
Encargos de uso da rede elétrica (b)	17.243	17.169
Ressarcimento aos geradores - Energia Livre	261	266
Materiais e Serviços	<u>99.857</u>	<u>120.116</u>
	<u>166.755</u>	<u>183.526</u>

a. Suprimento de energia e encargos de conexão:

Em dezembro de 2005, terminaram os contratos iniciais do fornecimento de energia elétrica contratados pela CEMAR junto à ELETRONORTE e à CEPISA, que representavam uma aquisição de 932.112 MWh de energia. Entretanto, conforme o Decreto/Lei nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Energia contratada	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produto 2005/2012	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	213.804	212.463	212.868	212.868	213.451	212.868	212.868	212.868	-
PROINFA	59.268	85.915	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987	101.987
MCS D	91.138	91.184	96.257	96.257	95.705	20.107	10.934	7.961	7.982
Nova 2008/2022/2037	25.604	25.534	25.579	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	99.695	99.695	99.695	99.967	99.695	99.694	99.694	99.587
Nova 2010/2024/2039	-	-	369.848	369.848	370.860	369.848	369.848	369.848	369.848
Leilão A-3	-	225.545	239.498	239.498	240.154	239.498	239.498	239.498	239.498
Leilão Fonte Alternativa	-	-	3.888	3.888	3.899	3.888	3.888	3.888	3.899
Leilão A-3 (2007)	-	-	55.937	55.937	56.091	55.937	55.937	55.937	56.091
Leilão A-3 (2008)	-	-	-	117.471	117.793	117.471	117.471	117.471	117.793
Leilão A-5 (2006)	-	-	-	162.591	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-5 (2007)	-	-	-	-	438.322	437.124	437.124	437.124	437.124
Leilão Santo Antonio	-	-	-	-	905	81.259	206.907	310.304	310.304
Leilão Jirau	-	-	-	-	-	68.187	127.279	178.163	212.269
Leilão A-5 (2008)	-	-	-	-	-	453.617	454.860	453.617	454.860
Leilão A-1	16.244	16.199	16.194	16.194	16.238	16.194	16.194	-	-
Leilão de Ajuste	<u>79.470</u>	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - MWh	<u>4.936.145</u>	<u>5.194.991</u>	<u>5.660.207</u>	<u>5.940.269</u>	<u>6.394.675</u>	<u>3.981.674</u>	<u>3.047.966</u>	<u>2.776.530</u>	<u>2.599.412</u>

b. Encargo de uso da rede elétrica:

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Empréstimos e financiamentos

	2009					2008				
	Circulante		Não Circulante		Total	Circulante		Não Circulante		Total
Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e encargos	Custos de captação a apropriar (*)	Principal e Encargos		Custos de captação a apropriar (*)	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar (*)		
Moeda estrangeira:										
Tesouro nacional (1)	791	-	8.325	8.325	9.116	665	-	12.506	-	13.171
	791	-	8.325	8.325	9.116	665	-	12.506	-	13.171
Moeda nacional:										
ELETOBRÁS (2)	50.799	-	360.221	-	411.020	30.908	-	309.328	-	340.236
IFC (3)	26.625	(265)	114.278	(1.347)	139.291	8.603	(265)	135.056	(1.613)	141.781
BNB (4)	28.886	(263)	238.284	(1.840)	265.067	20.003	(64)	124.740	(88)	144.591
BNDÉS (5)	28.299	(3)	61.077	(7)	89.366	16.199	(3)	77.276	(10)	93.462
FINEP (6)	571	(5)	1.411	(11)	1.966	485	(5)	1.696	(16)	2.160
FINAME (7)	98	-	40	-	138	100	-	135	-	235
Instituições financeiras	14	-	103	-	117	-	-	-	-	-
	135.292	(536)	775.414	(3.205)	906.965	76.298	(337)	648.231	(1.727)	722.465
Empréstimos - Dívida com a FASCEMAR (8)	4.966	-	21.105	-	26.071	4.450	-	23.406	-	27.856
Total de empréstimos e financiamentos	141.049	(536)	804.444	(3.205)	942.152	81.413	(337)	684.143	(1.727)	763.492
Total líquido de custo de captação	140.513		801.639			81.076		682.416		

(*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, a Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos em 2008, no resultado em função de fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Instituição	Taxas contratuais	Custos de transação incorridos	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimentos	Valor da dívida	
					2009	2008
	% a . a					
BNB Nova sede	10%	207	88	06/12/2012	7.199	9.565
BNB II	10%	2.174	2.015	05/02/2021	135.443	-
FINEP	TJLP + 2%	31	16	30/06/2013	1.966	2.158
BNDÉS II	TJLP + 3,6%	15	10	15/07/2013	72.359	68.636

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

IFC	90,9% do CDI + 1,5%	2.100	1.612	15/01/2016	139.291	141.782
Total		4.527	3.741		356.258	222.141
Circulante			536			
Não circulante			3.205			

(1) Saldo da Dívida com Tesouro Nacional

- O saldo com o Tesouro Nacional refere-se aos financiamentos dos contratos de médio e longo prazo e aos juros devidos a bancos comerciais e a outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº. 1.541/88 e nº. 1.564/89 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que foram objeto de permuta por bônus emitido pela União. Esta dívida está garantida por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa efetiva média dessa operação é de 4,73% ao ano (5,54% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

(2) Saldo da Dívida com a ELETROBRÁS:

- Os contratos ECF - 2035/00, ECF - 2034/00, ECF - 2033/00, ECF - 1510/97, ECF - 1639/97, ECF - 1645/97, ECF - 1960/99, ECF - 1907/99, ECF - 1908/99 e ECF - 1473/97, com a ELETROBRÁS referem-se, basicamente, aos recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações, para o Programa de Supervisão, Automação e Controle - SAC e ao Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias. Todos estes contratos foram renegociados em 27 de abril de 2004, através da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa efetiva média dessa operação é de 4,13% ao ano. As principais características das novas condições repactuadas estão descritas no item (c) desta nota. A taxa efetiva média de todos os contratos com a ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2009, é de 5,53% ao ano (7,6% ao ano em 31 de dezembro de 2008). Entre os contratos com a ELETROBRÁS destacam-se:

i) Em 2 de abril de 2007, ocorreu a quitação antecipada do contrato nº. 2035/00 da ELETROBRÁS no valor total de R\$ 87.073 (vide Nota Explicativa nº 18).

ii) Em 9 de janeiro de 2007, ocorreu a primeira liberação dos recursos do contrato de financiamento ECF-2522/2005, assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS, em dezembro de 2006, no valor total de R\$ 58.000. A primeira liberação correspondeu a 10% do contrato, ou seja, R\$ 5.800. Em dezembro de 2007, a CEMAR obteve a segunda liberação, no montante de R\$ 22.347, em dezembro de 2008 a terceira liberação, no montante de R\$ 17.359, em junho de 2009 a quarta liberação no montante de R\$ 7.273 e em dezembro de 2009 a quinta liberação no montante de R\$ 3.495. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008 a taxa efetiva dessa operação é de 7% ao ano. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR, e se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer.

- iii) Em janeiro de 2009, ocorreu a primeira liberação dos recursos do contrato de financiamento ECF-2724/2008, assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS, em janeiro de 2009, no valor total de R\$ 97.686. A primeira liberação correspondeu a 10% do contrato, ou seja, R\$ 9.769. Em junho de 2009 a CEMAR obteve a segunda liberação, no montante de R\$ 20.065 e em dezembro de 2009 a terceira liberação no montante de R\$ 14.711. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa efetiva dessa operação é de 7% ao ano. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR, e se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer.
- iv) Em março de 2009, a CEMAR firmou o contrato de Confissão de Dívida e Reconhecimento de Débito ECF-2728/2008, junto a ELETROBRÁS, no valor total de R\$ 30.731, referente ao reconhecimento da dívida oriunda do contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção ECFS - 0140/2006. O saldo deste contrato será atualizado pela taxa SELIC, com prazo de vencimento em 16 meses, carência de 4 meses e amortização em 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa efetiva dessa operação era de 9,93% ao ano.
- v) Em outubro de 2009, ocorreu a primeira liberação dos recursos do contrato de financiamento ECF-2585/2006, assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS, em abril de 2009, no valor total de R\$ 1.161. A primeira liberação correspondeu a 10% do contrato, ou seja, R\$ 116. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 6,5% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 67 meses, composto pela carência de 7 meses e amortização em 60 meses. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa efetiva dessa operação é de 6,5% ao ano. Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da CEMAR, e se destinam a financiar os custos diretos do Projeto de Melhoria e Expansão dos Sistemas de Iluminação Pública para o município de Pinheiro.
- (3) Saldo da Dívida com IFC
- Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de US\$80.000.000,00 junto ao IFC - International Finance Corporation, com o objetivo de financiar parte dos seus investimentos já realizados em 2007, e parte dos investimentos previstos para o biênio 2008/2009. O empréstimo foi concedido em reais, num montante de R\$ 135.056, considerando a PTAX de venda de 1,6882 do dia 26 de fevereiro de 2008. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, através da realização de um swap cambial

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pele IFC, incidindo o custo adicional de 1,5% a.a. a título de “Exposure Fee”. O prazo total deste financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência. Os recursos são garantidos pela cessão fiduciária dos recebíveis da Companhia e por fiança da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa efetiva dessa operação é de 10,48% ao ano (12,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

- Neste contrato, a CEMAR deverá apresentar alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio);

2ª Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 2,0 (dois).

	<u>4T09</u>	<u>3T09</u>	<u>2T09</u>	<u>1T09</u>
Dívida bruta *	1.217.266	1.185.445	1.119.948	1.060.789
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	(357.467)	(264.059)	(120.828)	(227.912)
(-) Baixa renda a receber	(23.115)	(20.265)	(18.266)	(17.180)
(-) Ativos regulatórios líquidos	(68.094)	(100.030)	(91.337)	(101.552)
= Dívida financeira líquida	<u>768.590</u>	<u>801.091</u>	<u>889.517</u>	<u>714.145</u>
EBITDA**	130.436	137.228	95.944	106.727
EBITDA ajustado nos últimos 12 meses	470.336	450.275	432.780	431.155
1º Covenant: <=2,5	<u>1,6</u>	<u>1,8</u>	<u>2,1</u>	<u>1,7</u>
Despesa financeira líquida trimestral	11.480	33.314	11.177	37.312
Despesa financeira líquida nos últimos 12 meses	93.283	91.841	88.778	85.888
2º Covenant: >=2,0	<u>5,0</u>	<u>4,9</u>	<u>4,9</u>	<u>5,0</u>

* Corresponde a dívida bruta de Empréstimos e financiamentos (nesta Nota Explicativa nº 17) e dívida bruta de Debêntures (vide Nota Explicativa nº 18).

** EBITDA calculado conforme contrato de financiamento, que significa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, desconsiderando as outras despesas e receitas não recorrentes. As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienação do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 4.1. (b)).

(4) Saldo da Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil

- BNB I - No ano de 2006, a CEMAR obteve quatro liberações de empréstimos obtidos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$ 64.118, com a finalidade de

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade do fornecimento de energia, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Em 2007, a CEMAR obteve mais três liberações, nos montantes de R\$ 69.068 e R\$ 2.890 liberados em dezembro de 2008, totalizando 100% do valor contratado. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE sofreu uma revisão no final de 2007, passando de 9,78% ao ano (até dezembro de 2007), para 8,50% ao ano a partir de janeiro de 2008, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros. Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira, vinculação de receitas da CEMAR e aval da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

- BNB Nova Sede - Em dezembro de 2007, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$ 4.806, com a finalidade de financiar a construção da nova sede da Companhia. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, que a partir de janeiro de 2008 incide taxa de juros de 8,50% a.a., considerando o bônus de adimplemento de 15% incidente sobre os pagamentos dos juros. Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira e aval da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em abril de 2008, recebeu a última parcela do empréstimo, no montante de R\$ 4.846. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% ao ano em 31 de dezembro de 2008).
- BNB II - Em março de 2009, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$ 37.008, em setembro de 2009 a segunda parcela no montante de R\$ 69.247 e em dezembro de 2009 a terceira parcela no montante de R\$ 29.545, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 8,50% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros. Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira, vinculação de receitas da CEMAR e aval da sua controladora Equatorial Energia S.A. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano.
- BNB Giro - Em setembro de 2009, a CEMAR recebeu a liberação do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$ 7.800, com finalidade de complementar os recursos para capital de giro da Companhia. O prazo total do financiamento é de 12 meses incidindo uma taxa efetiva de juros de 13,35% ao ano.

(5) Saldo da Dívida com o BNDES:

- Em 10 de abril de 2007, a CEMAR contratou o financiamento de R\$ 28.481 junto ao Banco Itaú BBA, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,8% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e garantia de fiança

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a implantação do Programa de Combate às Perdas de Energia Elétrica do Sistema de distribuição da CEMAR, do Sistema de Gestão das Redes de Distribuição - "GEOREDE" e do Sistema Comercial da ELUCID - "UE-COM". Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 10,92% ao ano (11,05% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Em 11 de maio de 2007, a CEMAR recebeu a primeira parcela de R\$ 7.708 e em 21 de maio de 2007 recebeu o complemento do empréstimo no valor de R\$ 20.773, totalizando 100% do valor contratado. Neste contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 4,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

- Em 11 de março de 2008, a CEMAR contratou o financiamento de R\$ 79.663 junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 3,6% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR no valor de até 3,47% de sua receita líquida e fiança prestada pela Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a implantação do projeto "Expansão e Qualidade Operacional CEMAR", com investimentos voltados ao combate das perdas comerciais de energia elétrica, a realização de ligações de novos consumidores e a atualização tecnológica da empresa. Em 30 de abril de 2008, a CEMAR recebeu a primeira parcela de R\$ 30.500 e em 28 de maio recebeu a segunda parcela no valor de R\$ 16.800 e em 28 de outubro recebeu a terceira parcela no valor de R\$ 20.000 e em 14 de setembro de 2009 a última liberação no valor de R\$ 12.451. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 9,72% ao ano (9,85% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Conforme contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 2,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

Segue abaixo demonstração dos *Covenants* para os empréstimos do BNDES:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>4T09</u>	<u>3T09</u>	<u>2T09</u>	<u>1T09</u>
(+) Empréstimos e financiamentos e Debêntures	1.217.266	1.185.445	1.119.948	1.060.789
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	(357.467)	(264.059)	(120.828)	(227.912)
(-) Dívida com ELETROBRÁS - ECF 1960/99	(143.164)	(145.661)	(146.018)	(146.059)
(-) Baixa renda	(23.115)	(20.265)	(18.266)	(17.180)
Endividamento financeiro líquido	693.520	755.460	834.836	669.638
(+) Lucro líquido	(13.208)	87.964	81.984	59.545
(+) Resultado financeiro líquido	72.595	5.748	781	1.887
(+) Provisão de IR e CSLL	40.991	14.223	(18.785)	10.099
(+) Participação nos lucros	7.552	2.203	2.203	2.005
(+) Depreciações e amortizações	20.395	24.898	26.717	25.583
(+) Outras despesas/receitas não recorrentes*	2.111	2.192	3.044	7.608
EBITDA	130.436	137.228	95.944	106.727
EBITDA (12 Meses)	470.335	450.275	432.780	431.155
Patrimônio Líquido	752.765	818.933	730.968	648.760
Endividamento financeiro líquido / LAJIDA ≤ 4,5	1,5	1,7	1,9	1,6
Endividamento financeiro líquido / endividamento financeiro líquido +PL) ≤ 0,6	0,5	0,5	0,5	0,5

* As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienações do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 4.1 (b)).

(6) Saldo da Dívida com o FINEP:

- Em setembro de 2006 a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$ 1.040, em setembro de 2008 recebeu a segunda parcela no valor de R\$ 1.318 e em dezembro de 2009 a última parcela no montante de R\$ 278, totalizando o montante de R\$ 2.637, sobre os quais incidem juros de TJLP + 2% ao ano, com a finalidade de financiar investimentos na otimização do desempenho da rede de distribuição e programas de eficiência energética. O prazo deste financiamento é de 7 anos, com carência de 2 anos e amortização em 61 parcelas. Este financiamento é garantido por vinculação de receitas e aval da Equatorial Energia S.A. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 8,12% ao ano (8,25% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

(7) Saldo da Dívida com o FINAME:

- Em 20 de abril de 2006, a CEMAR contratou os financiamentos nº. 40/00221-7 e o nº. 40/00222-5, cujos valores somados importavam R\$ 434, junto ao Banco do Brasil, lastreado por recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 9,5% ao ano. O prazo total deste

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financiamento é de 5 anos, com carência de 6 meses e amortização em 4,5 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a renovação da frota composta por dois caminhões com guindaste, uma carreta e uma empilhadeira. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 15,62% ao ano (15,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

(8) Saldo da Dívida com a FASCEMAR:

- Em 20 de março de 2001, foi repactuado o contrato de confissão de dívida entre a CEMAR e a FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto à FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito está garantido por recebíveis da CEMAR. A dívida resultante deste contrato tem o seu pagamento parcelado em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001, com a incidência dos juros correspondentes a 102% do DI over extra grupo, calculado e divulgado diariamente pela CETIP. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 10,07% ao ano (12,63% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

a. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis não circulante (não inclui custos de captação a apropriar - CPC 08).

Em 31 de dezembro de 2009, os empréstimos, financiamentos e debêntures no longo prazo representam o montante de R\$ 801.639 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

	Valor	%
Vencimento		
2011	117.381	14,58%
2012	113.787	14,14%
2013	118.495	14,72%
2014	102.170	12,69%
Após 2014	353.011	43,87%
Total	804.844	100,00%
Custo de captação	(3.205)	
Não circulante	801.639	

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Composição por índice e moeda

Em moeda estrangeira

Dólar norte-americano

<u>Indexador</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>US\$</u>	<u>Varição anual</u>	<u>Taxa de juros</u>
Pré-Fixado (USD)	5.459	3.135.000		Taxa mínima: Pré-fixada em 6% a.a. Taxa máxima: Pré-fixada em 8% a.a.
Libor semestral	3.656	2.100.000		Taxa mínima: LIBOR a.s.+ 0,81% a.a. Taxa máxima: LIBOR a.s. + 0,88% a.a.
Total em 31/12/2009	<u>9.115</u>	<u>5.636</u>		
Total em 31/12/2008	<u>13.171</u>	<u>5.235</u>	-60,25%	

Em moeda nacional

<u>Indexador</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Varição anual</u>	<u>Taxa de juros</u>
IGP-M	143.164		Spread: 4,0% a.a
FINEL	48.877		Spread mínimo: 9,4% Spread máximo: 14,0% a.a.
Pré-fixado - RGR	199.541		Spread mínimo: 6,0% Spread máximo: 13,6% a.a..
CDI	442.089		100,8% do CDI
Pré-fixado: FNE	267.169		10% a.a.; (com Bônus de Adimplemento de 15%, a taxa efetiva é 8,5% a.a.)
SELIC	19.556		100% da SELIC
TJLP	<u>91.497</u>		Spread mínimo: 2% Spread máximo: 9,5%
Total em 31/12/2009	<u>1.211.893</u>		
Total em 31/12/2008	<u>1.032.140</u>	17,42%	

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Resumo da dívida bruta (não inclui custos com captação a apropriar)

Descrição	Data da assinatura	Objetivo	Vencimento final	Encargos financeiros	2009	2008
Eletrobrás					<u>411.138</u>	<u>340.236</u>
RES 150/00-2033/00	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	RGR + 6,8% a.a.	2.080	2.362
RES 150/00-2034/00	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4% a.a.	36.498	41.327
ECF - 1510/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 14,0% a.a.	421	493
ECF - 1639/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 11,5% a.a.	4.919	5.768
ECF - 1645/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 13,6% a.a.	848	995
ECF - 1960/99	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2023	IGP-M + 4,0% a.a.	143.164	146.996
ECF - 1907/99	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 11,0% a.a.	699	818
ECF - 1908/99	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4% a.a.	5.492	6.430
ECF - 1473/97	27/04/2004	Renegociação de dívida	30/12/2015	RGR + 13,6% a.a.	162	189
ECF - 2522/05	22/11/2006	Transmissão, modernização e expansão	30/12/2013	RGR + 7,0% a.a.	48.572	47.264
ECFS - 027/04	02/06/2004	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	30/06/2016	RGR + 6,0% a.a.	8.490	9.779
ECFS - 176/07	13/04/2007	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	30/04/2019	RGR + 6,0% a.a.	35.088	34.921
ECF - 140/06	31/03/2006	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	31/03/2018	RGR + 6,0% a.a.	18.764	25.378
ECFS - 0236/08	05/08/2008	Cobertura dos custos diretos das obras ref. ao PLPT	30/09/2020	RGR + 6,0% aa	40.647	13.544
ECFS-2724/08	08/01/2009	Cobertura de custos diretos no sistema de sub-transmissão CEMAR	30/12/2015	RGR + 7,0%aa	45.621	-
ECF 2728/08	10/03/2009	Confissão de dívida do contrato ECFS 140/06	30/07/2010	SELIC	19.556	-
ECF 2585/06	17/04/2009	Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente	30/05/2015	RGR + 6,5%aa	117	-
ECFS-2669/07	28/11/2007	Glosa do contrato ECFS 027/04	27/02/2009	SELIC	-----	<u>3.972</u>
BNB	23/11/2005	Modernização e expansão	28/02/2017	10% a.a.	116.515	135.027
BNB II	05/02/2009	Melhoria na rede elétrica	05/02/2021	10% a.a.	137.458	-
BNB - Nova Sede	06/12/2007	Construção da nova Sede	06/12/2012	10% a.a.	7.287	9.716
BNB - Giro 2009	02/09/2009	Capital de giro	02/09/2010	13,35% a.a.	<u>5.909</u>	-----
Tesouro Nacional					<u>9.115</u>	<u>13.171</u>
STN 01	12/05/1997	Renegociação de dívida	11/04/2024	LIBOR SEM.+ 0,81% a.a.	2.726	3.641
STN 02	12/05/1997	Renegociação de dívida	11/04/2024	6% a.a.	3.944	5.219
STN 03	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2009	LIBOR SEM.+ 0,81% a.a.	-	66
STN 04	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2014	8% a.a.	1.515	2.440
STN 05	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2012	LIBOR SEM.+ 0,88% a.a.	930	1.739
STN 06	12/05/1997	Renegociação de dívida	10/04/2009	LIBOR SEM.+ 0,88% a.a.	-	66
FASCEMAR	20/03/2001	Renegociação de dívida	02/03/2015	102% CDI	26.071	27.856

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Data da assinatura	Objetivo	Vencimento final	Encargos financeiros	2009	2008
Debêntures 3ª Emissão	08/03/2007	Liquidação de dívida	01/03/2013	105,8% CDI	275.114	279.755
FINEP	13/06/2006	Modernização e expansão	30/06/2013	TJLP + 2% a.a.	1.982	2.181
BNDES	10/04/2007	Modernização e expansão	15/02/2012	TJLP+4,8% a.a.	17.007	24.826
BNDES II	11/03/2008	Modernização e expansão	15/07/2013	TJLP + 3,6% a.a.	72.369	68.649
IFC	28/02/2008	Financiar a contraparte da CEMAR em outros financiamentos, e o PLPT	15/01/2016	90,9% do CDI + 1,5% a.a.	140.903	143.659
Banco do Brasil					<u>139</u>	<u>235</u>
FINAME 01	20/04/2006	Renovação de frota	15/05/2013	TJLP + 9,5% a.a.	15	25
FINAME 02	20/04/2006	Renovação de frota	15/05/2013	TJLP + 9,5% a.a.	<u>124</u>	<u>210</u>
Total da dívida (*)					<u>1.221.007</u>	<u>1.045.311</u>
Circulante					148.863	93.868
Não circulante					1.072.144	951.443

(*) Incluindo empréstimos e financiamentos (nesta Nota Explicativa nº 17) e Debêntures (Nota Explicativa nº 18)

d. Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural

A ANEEL, através da Resolução nº. 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº. 52, de 25 de março de 2004, e nº. 175, de 28 de novembro de 2005 estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade do atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KW), com carga instalada de até 50 KW.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR investiu 978.378 (R\$ 766.543 até 31 de dezembro de 2008) referentes ao Programa de Universalização.

Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos - PLPT, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tinham acesso a esse serviço público.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério das Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa Luz para Todos, na área de concessão da Companhia, propiciando o atendimento de aproximadamente 249.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2010. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria nº. 416 da ANEEL, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades do Programa.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº. 027/2004 - 1ª Tranche, assinado em 2 de junho de 2004, com a ELETROBRÁS, e seus aditivos ECFS nº. 027-A/2004, ECFS nº. 027-B/2004 e ECFS nº. 27-C/2004. Este contrato foi finalizado em outubro de 2007, atendendo a 48.610 consumidores. O total do contrato foi de R\$ 100.778, já considerando a devolução de R\$21.568, através do contrato de confissão de dívida nº ECFS-2669/07, finalizado em 30 de março de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Em março de 2006, a Companhia assinou, também com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº. 140/2006 - 2ª Tranche, e posteriormente os seus aditivos ECFS nº. 140-A/2006, ECFS nº. 140-B/2007 e ECFS nº. 140-C/2007, referente à 2ª fase do Programa. Este contrato foi encerrado em dezembro de 2008, atendendo a 60.035 consumidores. O total do contrato foi de R\$ 176.341, já considerando a devolução de R\$ 37.892, realizada após o aditivo ECFS nº 140-D/2008, que reduziu as metas físicas do referido contrato e a devolução de R\$ 30.731, através do contrato de confissão de dívida nº. ECFS- 2728/08 (vide Nota Explicativa nº 17, item 2). Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Em abril de 2007, a Companhia assinou, também com a ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº. 176/2007 - 3ª Tranche, posteriormente os seus aditivos ECFS nº. 176-A/2008 e ECFS nº 176-B/2009, referente à 3ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 73.059 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$ 287.750, já considerando a devolução de R\$ 2.936, realizada após o aditivo ECFS 176-B/2009, que reduziu as metas físicas do referido contrato. O valor liberado até 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 279.031 (até 30 de setembro o valor liberado de R\$ 279.031). Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Em agosto de 2008, a CEMAR assinou com a ELETROBRÁS, o contrato ECF nº. 236/2008 - 4ª Tranche, referente à 4ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 67.136 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$ 338.597, com R\$ 101.579 já liberados na

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

parcela de assinatura do contrato. Em abril de 2009 a CEMAR obteve a segunda liberação, no montante de R\$ 67.719, em setembro de 2009 a terceira liberação no montante de R\$ 67.719 e em dezembro de 2009 a quarta liberação no montante de R\$ 67.719, totalizando em liberações até 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$ 304.738. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

Os recursos da ELETROBRÁS são originários conforme demonstrado a seguir:

- O montante equivalente a até 13,33% do custo total das respectivas obras dos contratos mencionados acima no montante de até R\$ 903.467, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, o qual corresponde à concessão de abertura de crédito, no valor de até R\$ 120.432; e
- O montante total equivalente a até 86,67% do custo total das respectivas obras, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de até R\$ 783.035, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR já recebeu um total de R\$ 100.778 referentes ao contrato ECFS-027/2004, sendo R\$ 13.437 provenientes dos recursos da RGR e R\$ 87.341 da CDE; R\$ 176.341, referentes ao contrato ECFS-140/2006, sendo R\$ 23.505 provenientes dos recursos da RGR e R\$ 152.836 da CDE; R\$ 279.031, referentes ao contrato ECFS-176/2007, sendo R\$ 37.193 provenientes dos recursos da RGR e R\$ 241.838 da CDE; e R\$ 304.738, referentes ao contrato ECFS-236/2008, sendo R\$ 40.632 provenientes dos recursos da RGR e R\$ 264.106 da CDE.

A mutação de empréstimos e financiamentos - líquido é a seguinte:

	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda Estrangeira</u>		<u>Total</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo não</u>	<u>Passivo</u>	<u>Passivo não</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	80.411	669.910	665	12.506	763.492
Ingressos	7.800	260.335	-	-	268.135
Custo de captação	(197)	(1.477)	-	-	(1.674)
Encargos	59.503	2.736	296	-	62.535
Variação monetária e cambial	2.737	(129)	8	(2.839)	(223)
Transferências	138.060	(138.060)	1.343	(1.343)	-
Amortização e pagamentos de juros	(148.591)	-	(1.522)	-	(150.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	139.723	793.315	790	8.324	942.152

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Debêntures

	2009				Total	2008		Total
	Circulante		Não Circulante			Circulante	Não Circulante	
	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar	Principal e Encargos	Custos de captação a apropriar		Principal e Encargos	Principal e Encargos	
Debêntures	7.814	-	267.300	-	275.114	12.455	267.300	279.755

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda Nacional		
	Passivo	Passivo	Total
	circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	12.455	267.300	279.755
Encargos	27.462	-	27.462
Amortizações e pagamentos de juros	(32.103)	-	(32.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.814	267.300	275.114

Terceira emissão de debêntures

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. No mês de abril de 2007, ocorreram pré-pagamentos, no montante de R\$ 257.902, contemplando os contratos junto a Eletrobrás (2035/00); Eletronorte (protocolo); Eletronorte (suprimento), 2ª emissão de debêntures, Concórdia CCV e Fundo CCV. Em 31 de dezembro de 2009 a taxa dessa operação é de 105,8% do CDI (13,1% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Características da terceira emissão das debêntures

(valores expressos em unidades de Reais)

Número da emissão:	3ª emissão
Série:	Única
Data da emissão:	01/03/2007
Data de vencimento:	01/03/2013
Quantidade:	26.730 debêntures
Valor nominal:	R\$ 10.000,00
Montante da emissão:	R\$ 267.300.000,00
Espécie:	Subordinada
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Fiança prestada pela Equatorial Energia S.A. - Controladora da Emissora
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	01/03/2013
Juros:	105,8% do CDI
Pagamento :	Semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2007 e o último pagamento em 1º de março de 2013
Amortização programada:	As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme a regra mencionada abaixo: 01/03/2011 - 20% do valor nominal 01/03/2012 - 20% do valor nominal 01/03/2013 - 60% do valor nominal

e. Escalonamento das parcelas das debêntures a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$ 267.300, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil			
	4T09	3T09	2T09	1T09
Dívida Bruta *	1.217.266	1.185.445	1.119.948	1.060.789
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	(357.467)	(264.059)	(120.828)	(227.912)
(-) Baixa Renda a Receber	(23.115)	(20.265)	(18.266)	(17.180)
(-) Ativos Regulatórios Líquidos	<u>(68.094)</u>	<u>(100.030)</u>	<u>(91.337)</u>	<u>(101.552)</u>
= Dívida financeira líquida	<u>768.590</u>	<u>801.091</u>	<u>889.517</u>	<u>714.145</u>
EBITDA**	130.436	137.228	95.944	106.727
EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses	470.335	450.275	432.780	431.155
1º Covenant: <=2,5	<u>1,6</u>	<u>1,8</u>	<u>2,1</u>	<u>1,7</u>
Desp. Fin. Líquida Trimestral	8.136	33.314	11.177	37.312
Desp. Fin. Líquida dos últimos 12 meses	89.939	91.841	88.778	85.888
2º Covenant: >=1,5	<u>5,2</u>	<u>4,9</u>	<u>4,9</u>	<u>5,0</u>

* Corresponde a dívida bruta de Empréstimos e financiamentos (nesta Nota Explicativa nº 17) e dívida bruta de Debêntures (vide Nota Explicativa nº 18).

** EBITDA calculado conforme escritura de emissão, que significa o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, desconsiderando as outras despesas e receitas não recorrentes. As despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienações do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 4.1 (b)).

O não cumprimento destes *covenants* durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado das debêntures. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Taxas regulamentares

	2009	2008
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.486	1.402
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	649	3.319
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	572	495
Taxa de Fiscalização - ANEEL	<u>243</u>	<u>210</u>
Total	2.950	5.426

20 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
ISS	1.014	694	1.269	614
Encargos sociais e outros	4.465	-	4.665	-
ICMS	18.373	-	18.816	-
Provisão de IRPJ / CSLL	432	-	838	-
Diferença temporárias IRPJ	-	80.775	3.990	68.851
PIS e COFINS	6.877	64.337	6.957	41.574
REFIS/PAES (a)	<u>1.129</u>	<u>83.536</u>	<u>1.604</u>	<u>12.077</u>
Total	<u>32.290</u>	<u>229.342</u>	<u>38.139</u>	<u>123.116</u>

a. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/Parcelamento Especial - PAES:

	2009	2008
Saldo no início do exercício	13.681	15.273
Provisão REFIS da Lei 11.941	72.522	-
Pagamentos	(1.987)	(2.226)
Atualizações	<u>449</u>	<u>634</u>
Saldo no final do exercício	<u>84.665</u>	<u>13.681</u>
Passivo circulante	1.129	1.604

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo não circulante**83.536****12.077***Programa de recuperação fiscal e Parcelamento especial*

Em 29 de novembro de 2000, a CEMAR ingressou no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Esse programa visa a regularização dos créditos da União, dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa previu, e foram utilizados, os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, para a liquidação dos valores correspondentes às multas e aos juros incluídos no programa, bem como à atualização monetária do saldo com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O pagamento da dívida fiscal apurada, no caso da CEMAR, estava sendo efetuado em 60 parcelas mensais desde março de 2000, segundo as regras do REFIS. Como garantia, em caso da exigibilidade da dívida com o REFIS, foram oferecidos os créditos oriundos das vendas da energia elétrica.

Em 30 de maio de 2003, através da Lei nº. 10.684/2003 (Parcelamento Especial -PAES), o Governo Federal permitiu um novo parcelamento em até 180 meses, para os débitos junto à Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social, vencidas até 28 de fevereiro de 2003, inscritos ou não na dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior, com a correção mensal da TJLP. Neste sentido a CEMAR, em 31 de julho de 2003, ingressou nesse programa optando pelo parcelamento em 120 meses, incluindo os débitos fiscais, onde houve a desistência de processos judiciais e administrativos.

Com o ingresso no Parcelamento Especial - PAES, a CEMAR assumiu determinadas obrigações conforme a legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- A autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal - SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- O acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- O cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR; e
- O pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A exclusão da pessoa jurídica do PAES implicaria na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução da garantia prestada.

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR formalizou sua adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º da Lei 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil RFB.

Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Programa de Parcelamento Especial – PAES (REFIS II) - Os saldos remanescentes do PAES Receita Federal e do PAES previdenciário foram reparcelados por conta da adesão ao novo REFIS – Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$ 24.756, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante inicial incluído no REFIS foi de R\$ 72.521. Visto que 34.028 serão compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$ 38.493.

A referida dívida, no montante de R\$ 38.793 será quitada em 180 parcelas. A adesão proporcionou um ganho no resultado num montante de R\$ 29.394.

Dessa forma em 31 de dezembro de 2009 foi registrado contabilmente um aumento do passivo relativo a impostos (REFIS - Lei 11.941/2009) conforme abaixo:

	Valor
Imposto de Renda e Contribuição Social	38.260
PIS e COFINS	234
Outros	<u>34.028</u>
Total	72.522

A adesão supra teve um efeito de R\$ 72.522 no resultado da CEMAR, reconhecido respectivamente nas seguintes contas

	Valor
Despesas financeiras	(58.784)
Despesas administrativas (multas)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(38.260)
Outras receitas operacionais	24.756
Outras despesas operacionais	<u>(234)</u>
Total	(72.522)

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo dos débitos será parcelado em até 180 meses. A consolidação de tais débitos está pendente de conclusão pela Receita Federal do Brasil (RFB).

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2009			2008		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis e tributárias	28.139	10.823	17.316	32.494	15.953	16.541
Trabalhistas	8.638	22.690	(14.052)	11.814	8.349	3.465
Regulatórias	2.938	-	2.938	1.067	-	1.067
	<u>39.715</u>	<u>33.513</u>	<u>6.202</u>	<u>45.375</u>	<u>24.302</u>	<u>21.073</u>
Circulante	15.203	11.887	3.316	15.523	6.117	9.406
Não circulante	24.512	21.626	2.886	29.852	18.185	11.667
	<u>39.715</u>	<u>33.513</u>	<u>6.202</u>	<u>45.375</u>	<u>24.302</u>	<u>21.073</u>

As contingências passivas estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais, porém, não necessariamente todos os depósitos judiciais estão relacionados a demandas passivas, por ser resultado de causas ativas por parte da Companhia.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação dos processos no exercício

	2008	2009			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	
Cíveis e Tributárias	32.494	7.394	(11.020)	(729)	28.139
Trabalhistas	11.814	1.495	(4.671)	-	8.638
Regulatórias	1.067	2.963	(951)	(141)	2.938
	45.375	11.852	(16.642)	(870)	39.715

(1) Gastos efetivos de contingências judiciais.

(2) Valores baixados referentes a processos arquivados ou a processos pagos em valor menor que o contingenciado.

Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e tributárias

O valor provisionado como contingência individual mais representativa (R\$ 16.094), corresponde a duas demandas, sendo uma ação de Prestação de Contas e outra indenizatória, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública - TIP, as quais foram ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, visando, na primeira ação, o recebimento de importância decorrente da falta de repasse de valores arrecadados para investimento no parque de iluminação pública do Município e, na segunda ação, busca-se uma indenização por não haver a CEMAR providenciado, ao longo dos anos, os cálculos para a atualização do valor da TIP de modo a atender ao custo mensal do serviço de iluminação pública. Estas ações foram julgadas procedentes contra a CEMAR, e estão em fase de liquidação das respectivas sentenças condenatórias.

A CEMAR ajuizou duas ações rescisórias perante o Tribunal de Justiça do Maranhão. Em setembro de 2009, o Tribunal, confirmando a liminar concedida anteriormente, julgou procedente a ação rescisória ajuizada contra a decisão proferida na ação indenizatória movida pelo Município de São Luís. A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas, não sofreu alteração significativa nos últimos três meses. Desta forma, as demonstrações financeiras da CEMAR contemplam provisão de R\$ 30.629 (R\$ 38.285 em 31 de dezembro de 2008).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$ 47.338 e

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

R\$ 15.241, respectivamente (R\$ 45.210 e R\$ 13.089 respectivamente, em 31 de dezembro de 2008) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A CEMAR considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Regulatórias

No período de 27 de novembro de 2006 a 1º de dezembro de 2006 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento ciclo 2002/2003 (três projetos) e ciclo 2003/2004 (dois projetos) aprovados pelos Despachos ANEEL nº. 476 de 26 de julho de 2003 e nº. 828 de 14 de outubro de 2004 e de Eficiência Energética ciclo 2002/2003 (um projeto) e ciclo 2003/2004 (três projetos) aprovados pelos Despachos ANEEL nº. 256 de 8 de maio de 2003, nº. 854 de 26 de outubro de 2004 e nº. 1222 de 15 de setembro de 2005 com base nos cronogramas físicos e financeiros e nos requisitos do Manual de Fiscalização de Eficiência Energética da ANEEL, bem como no período de 6 a 16 de dezembro de 2005, avaliou os procedimentos técnicos e comerciais na CEMAR.

A fiscalização da ANEEL emitiu três autos de infração, relatando o descumprimento de procedimentos previstos no Manual de P&D e de Eficientização, bem como o descumprimento dos procedimentos técnicos e comerciais. Visando esclarecer os fatos e comprovar a correta aplicação dos recursos nos referidos programas e a observância dos procedimentos técnicos e comerciais, a CEMAR protocolou recursos junto à ANEEL, apresentando informações complementares sobre os pontos relatados pela fiscalização e solicitou o arquivamento dos referidos autos.

Em resposta aos recursos, a ANEEL emitiu despachos parcialmente favoráveis à CEMAR reduzindo o valor dos autos de infração técnica-comercial 027/2006 de R\$ 9.424 para R\$ 6.336, ocasionando uma reversão no 1º trimestre de 2008 no montante de R\$ 3.088 e do auto de infração 035/2007 - P&D, de R\$ 1.005 para R\$ 286, revertendo no 3º trimestre de 2008 o valor de R\$ 719, contabilizados na linha "Outras despesas financeiras". Tais autos de infrações foram pagos em maio e agosto de 2008, respectivamente. No 1º trimestre de 2009, a ANEEL emitiu despacho favorável a CEMAR reduzindo o valor do auto de infração 036/2007 de R\$ 920 para R\$ 795, ocasionando uma reversão de R\$ 125 contabilizados na rubrica "outras despesas financeiras". O referido auto de infração foi pago em março de 2009.

No período de 22 de setembro de 2009 a 03 de outubro de 2009 a ANEEL/SFE empreendeu fiscalização de Qualidade (Técnica/Comercial). A Fiscalização resultou no ao TN nº. 015/2009-SFE/ANEEL e no AI nº. 108/2009-SFE/ANEEL, o qual estabeleceu uma multa no valor de R\$ 1.797. O valor da multa foi provisionado em dezembro de 2009.

Adicionalmente, como fruto de processo de fiscalização realizado no período de 23 de junho de 2008 a 27 de junho de 2008, o qual avaliou qualidade do serviço no atendimento ao consumidor, especialmente no tocante à instalação de medidores eletrônicos, a ANEEL/SFE emitiu o Termo de Notificação no 093/2008 e o Auto de Infração no 078/2009, sendo que este último estipulou uma multa no valor de R\$ 1.120. O valor da multa foi provisionado no resultado de dezembro de 2009.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2009	2008
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	450	2.555
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	225	1.277
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.189	9.099
Programa de Eficiência Energética - PEE	<u>23.898</u>	<u>16.854</u>
Total	<u>33.762</u>	<u>29.785</u>
Circulante	17.138	17.925
Não circulante	16.624	11.860

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico - P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº. 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº. 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 215, de 28 de março de 2006.

23 Outras contas a pagar

	2009	2008
Circulante		
Cauções	8.100	4.938
Consumidores	2.237	1.573
Outros	<u>7.703</u>	<u>1.939</u>
Total	<u>18.040</u>	<u>8.450</u>

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2009 representa R\$ 310.278 (R\$ 252.513 em 31 de dezembro de 2008) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações	Ações preferenciais nominativas	Ações preferenciais nominativas	Total	%
	ordinárias	Classe A	Classe B		
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,12%
ELETRORÁS	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,56%
Outros	<u>2.144.114</u>	<u>11.149</u>	<u>7.977</u>	<u>2.163.240</u>	<u>1,32%</u>
	<u>161.281.789</u>	<u>1.239.231</u>	<u>1.625.729</u>	<u>164.146.749</u>	<u>100,00%</u>

Em 2 de fevereiro de 2009, foram emitidas 37.150 ações ordinárias do capital social da CEMAR, que representam 3.715.086.108 ações ordinárias antes do grupamento de ações aprovado pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, (Nota Explicativa nº 24 b), por conta dos beneficiários do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 164.146.749 ações, sendo 161.281.789 ações ordinárias, 1.239.231 ações preferenciais da Classe A, sem direito a voto, e 1.625.729 ações preferenciais da Classe B, sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de março de 2009, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$57.764 mediante a capitalização dos seguintes valores: (a) saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE, em 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$46.577 e (b) saldo da reserva legal no valor de R\$11.187.

b. Grupamento de Ações

Em 20 de maio de 2008, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, as ações da Companhia foram agrupadas na proporção de 100.000 ações para 1 ação de mesma espécie e classe, com o objetivo de ajustar o valor unitário de cotação das ações para um patamar adequado do ponto de vista do mercado. Após o grupamento, o capital social da Companhia passou a ser representado por 164.016.722 ações, sem alteração do valor do mesmo.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Leilão de Frações da CEMAR

Conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária, que ocorreu em 17 de abril de 2008 e informado posteriormente no Aviso aos Acionistas, em 9 de julho de 2008, foi realizado em 11 de julho de 2008, na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), o leilão de frações de ações resultantes do processo de grupamento (Nota Explicativa nº 21 b). Neste leilão foram vendidas 433 ações ordinárias, 3 ações preferenciais do tipo A e 240 ações preferenciais do tipo B. As ações remanescentes após a realização do leilão (20 ações preferenciais do tipo B) foram adquiridas pelo controlador da Companhia (Equatorial Energia S.A.). Os recursos provenientes da compra dessas ações pela Equatorial Energia e das ações vendidas no leilão, foram disponibilizados para os acionistas detentores de frações de ações da CEMAR, conforme procedimento descrito no Aviso aos Acionistas, citado anteriormente e disponível para consulta no IPE (Informações Periódicas e Eventuais) da CEMAR, no web site da CVM (www.cvm.gov.br).

d. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº. 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674 (R\$231 reconhecidos em 2009), referentes a opções outorgadas reconhecidas.

e. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

Em 20 de março de 2009, o saldo da reserva legal foi totalmente utilizado para aumento do capital da Companhia (vide letra "a" desta mesma nota explicativa).

Do resultado do exercício de 2009, o montante de R\$9.913 foi destinado para constituição da reserva legal, observando os limites previstos na legislação societária.

f. Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais,

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A receita total até 31 de dezembro de 2009 é de R\$48.159 (até 31 de dezembro de 2008 é de R\$46.577). A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2009, a Administração destinou a parcela do lucro referente ao incentivo SUDENE no valor de R\$54.155 para formação da reserva de incentivos fiscais.

O efeito do benefício, acumulado até 31 de dezembro de 2009, totaliza R\$162.427 (R\$108.272 em 31 de dezembro de 2008).

g. Reserva de lucros a realizar

No exercício foi contabilizado na rubrica “Reserva de Lucros a Realizar” o montante de R\$57.960, sendo composto de dividendos postergados (vide letra “m” nesta nota explicativa), conforme disposição contida no artigo 197, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

h. Reserva de lucros - Reserva especial

Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 5º da Lei nº. 6.404/76, baseada no fluxo de caixa da CEMAR que demonstrava a falta de capacidade financeira para distribuição integral do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a título de dividendos, a Administração propôs, no final daquele exercício, a destinação do resultado do exercício após as destinações legais aplicáveis, para uma conta de Reserva de Lucro - Reserva Especial, que foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, de 10 de março de 2006.

Em 27 de junho de 2008, parte do saldo da reserva especial no valor de R\$1.486 foi utilizado para o aumento do capital social da Companhia.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

i. Destinação do resultado do exercício

Em cumprimento às determinações da Lei 6.404/76, a Administração propôs a destinação do resultado do exercício da seguinte forma:

	2009
Lucro líquido do exercício	198.263
Reserva legal - 5% do lucro líquido	<u>(9.913)</u>
Lucro após constituição da reserva legal	<u>188.350</u>
Reserva de lucros - Incentivo fiscal SUDENE	<u>(54.155)</u>
Base dos dividendos	<u>134.195</u>
Dividendos propostos pela Administração	57.960
Constituição da reserva de lucros a realizar	<u>76.235</u>
	<u>134.195</u>

j. Plano de opção de compra de ações

Em 6 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Companhia propôs a criação do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR ("Plano"), que foi aprovado pela AGE - Assembléia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2005. O Conselho de Administração da Companhia implementou o referido Plano em 30 de dezembro de 2005, instituindo seu Comitê de Administração. O Plano tem como mês de referência maio de 2004, uma vez que esse foi o mês de mudança de controle e da gestão da Companhia.

Os beneficiários do Plano são os administradores e empregados da Companhia indicados pelo Comitê de Administração do Plano. A opção de compra é concedida em até 5 (cinco) lotes. As ações ofertadas no âmbito do Plano se sub-rogarão dos mesmos direitos em relação a dividendos e voto que as ações originalmente emitidas pela Companhia.

O volume global originalmente oferecido no Plano era de 480.917.295.334 (quatrocentos e oitenta bilhões, novecentos e dezessete milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias (representando, na época da constituição do Plano, 3% das ações ordinárias de emissão da Companhia). Em 23 de março de 2006, foram canceladas 76.385.697.078 (setenta e seis bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, e setenta e oito) opções de subscrição de ações ordinárias não alocadas, resultando em um novo volume global do Plano de 404.531.598.256 (quatrocentos e quatro bilhões,

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

quinhentos e trinta e um milhões, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e seis), ações, antes do grupamento.

O preço de subscrição original é de R\$0,01 por lote de 1.000 ações (antes do grupamento), corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), acrescido de juros de 8,0% a.a., contados de maio de 2004 até a data do efetivo exercício das opções. O preço original de subscrição deve ser ajustado por qualquer distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital anunciados pela Companhia.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor de sua remuneração variável anual a que fizerem jus, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição de ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos, juros sobre capital próprio ou reembolso por redução de capital recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 20 de maio de 2008, as ações da Companhia foram agrupadas na proporção de 100.000 (cem mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe, com o objetivo de ajustar o valor unitário de cotação das ações para um patamar adequado do ponto de vista do mercado. Após o grupamento, o capital social da Companhia passou a ser representado por 164.016.722 (cento e sessenta e quatro milhões, dezesseis mil, setecentos e vinte e duas) ações, sendo 161.151.762 (cento e sessenta e um milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e duas) ordinárias, 1.239.231 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e uma) preferenciais série A e 1.625.729 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e nove) preferenciais série B, sem alteração do valor do mesmo.

Até 31 de dezembro de 2008, o saldo de ações ordinárias a serem subscritas através do exercício de opções do Plano era de 74.302 (setenta e quatro mil, trezentas e duas) ações ordinárias.

Em 02 de fevereiro de 2009, foram subscritas 37.150 (trinta e sete mil, cento e cinquenta) ações ordinárias no âmbito do Plano, ao preço global de R\$2,00 (dois reais), pertencentes ao 4º (quarto) lote de opções de compra.

Como não houve mais subscrições ao longo do ano de 2009, o saldo a ser subscrito em 31 de dezembro de 2009 era de 37.152 (trinta e sete mil ações, cento e cinquenta e duas) ações, todas pertencentes ao 5º lote de opções, com prazo de exercício entre 31 de janeiro de 2010 e 31 de janeiro de 2011.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da CEMAR, equivalente a no máximo 0,02% dos outros acionistas.

	Ações ON	TOTAL
Total originalmente alocado	4.045.316	4.045.316
Total cancelado por desligamento até 31/12/2008	(167.179)	(167.179)
Total exercido até 31/12/2008	(3.803.835)	(3.803.835)
Saldo remanescente em 31/12/2008	74.302	74.302
Opções exercidas em 2009	(37.150)	(37.150)
Saldo remanescente em 31/12/2009	37.152	37.152

* O saldos históricos das ações foram ajustados pró - forma, de acordo com o grupamento ocorrido em maio de 2008, para facilitar a comparação entre os períodos.

25 Dividendos

Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	198.263	227.803
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	(4.062)
(-) Reserva legal	(9.913)	(11.187)
(-) Reserva fiscal - Incentivo SUDENE	<u>(54.155)</u>	<u>(46.577)</u>
Base de cálculo	134.195	165.977
Dividendo mínimo obrigatório - 25,00%	33.549	41.494
Dividendo complementar em 2009 - 18,19%	<u>24.411</u>	<u>98.506</u>
	57.960	140.000
Reserva de lucros a realizar	76.235	25.977

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Proventos	Valor	Valor por Ação (lote de unidades de reais)		
			ON	PNA	PNB
Reunião do Conselho de Administração de 11 março de 2009	Dividendos	57.960	0,35175340	0,35175340	0,47976939

Os dividendos serão pagos de acordo com a legislação vigente e não serão corrigidos monetariamente.

26 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo provisionado de participação nos lucros era de R\$13.907 (R\$ 9.018 em 2008), com efeito no resultado do exercício no montante de R\$ 13.962 (R\$ 9.018 em 31 de dezembro de 2008).

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Fornecimento de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	2009			2008		
	Nº. de consumidores (*)	MWh (*)	Valor	Nº. de consumidores (*)	MWh (*)	Valor
Residencial	1.482.200	1.641.064	694.410	1.351.284	1.465.930	581.826
Industrial	9.566	381.868	136.005	9.396	430.115	149.900
Comercial	115.530	703.755	338.778	108.518	670.300	305.447
Rural	57.112	131.010	36.681	45.461	122.633	32.582
Poder público	18.587	225.770	104.835	16.271	220.367	97.798
Iluminação pública	582	256.976	66.729	561	224.382	54.342
Serviço público	4.177	225.833	84.452	3.603	213.069	71.352
Consumo próprio	183	5.436	-	141	5.067	-
Suprimento - MAE e CEPISA	-	-	11.904	-	-	23.214
Baixa renda	-	-	114.463	-	-	91.526
Outras	-	-	57.349	-	-	15.594
RTD	-	-	(49.216)	-	-	(20.776)
CVA - PLPT	-	-	(943)	-	-	1.044
Constituição e amortização de CVA passiva (a)	-	-	5.224	-	-	(1.718)
Total	<u>1.687.937</u>	<u>3.571.712</u>	<u>1.600.671</u>	<u>1.535.235</u>	<u>3.351.863</u>	<u>1.402.131</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(a) Reclassificação em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº. 2.877 (vide Nota Explicativa nº 3).

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 Resultado operacional

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2009			2008	
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas (a)	Despesas administrativas (b)	Total	Total
Custos/despesas operacionais					
Pessoal	11.406	13.171	14.196	38.773	37.628
Material	5.879	1.672	1.059	8.610	8.618
Serviços de terceiros	33.248	48.624	25.152	107.024	84.120
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	2.688	-	2.688	2.440
Energia elétrica comprada para revenda	383.298	-	-	383.298	344.999
Encargos de uso do sistema de transmissão	87.226	-	-	87.226	64.226
Depreciação e amortização	83.398	-	14.195	97.593	83.659
Arrendamento e aluguéis	33	326	2.274	2.633	2.804
Provisões	-	25.375	3.252	28.627	31.745
Outros	3.063	3.934	11.290	18.287	7.306
Resultado financeiro	-	-	-	81.012	35.708
Receitas e despesas não recorrentes	-	-	-	<u>14.955</u>	<u>7.365</u>
Total	<u>607.551</u>	<u>95.790</u>	<u>71.418</u>	<u>870.726</u>	<u>710.618</u>

(a) Referem-se às despesas com vendas e despesas com provisões para devedores duvidosos.

(b) Referem-se ao resultado líquido de despesas administrativas, com pessoal e administradores, de provisão (reversão) para contingências, depreciação e amortização, outras despesas (receitas) operacionais.

29 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de Aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação,

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, esse valor importou em R\$1.630 (R\$1.449 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008).

b. Deliberação CVM nº. 371 - Contabilização dos Planos de Pensão:

De acordo com a Deliberação nº. 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a partir do exercício de 2001 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

A CEMAR não mantém saldo para fazer face às obrigações com a patrocinada, uma vez que os cálculos atuariais efetuados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, de acordo com a Deliberação nº. 371 da CVM, não indicaram a existência de passivo atuarial.

A posição do ativo (passivo) atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativo (passivo) atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial	(96.815)	(99.775)
Valor justo dos ativos do plano	<u>85.885</u>	<u>83.532</u>
	(10.930)	(16.243)
Ativo (passivo) atuarial líquido	(10.930)	(16.243)
Ativo (passivo) atuarial já provisionado	<u>(26.040)</u>	<u>(27.857)</u>
Ativo (passivo) adicional	<u>15.110</u>	<u>11.614</u>
Despesa (receita) reconhecida para o ano		
Custo do serviço corrente (com juros)	10	12
Contribuições esperadas de participantes para o ano	21	21
Juros sobre as obrigações atuariais	10.399	10.762
Rendimento esperado dos ativos	<u>11.757</u>	<u>11.449</u>
Total da despesa (receita) reconhecida	(1.381)	(696)

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais premissas atuariais na data do balanço estão demonstradas abaixo:

	2009	2008
Taxa para desconto da obrigação atuarial:	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano:	14,45% a.a.	14,45% a.a.
Índice de aumento salarial estimado:	6,05% a.a.	6,05% a.a.
Índice de aumento dos benefícios estimado:	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 M	AT-2000 M
Tábua biométrica de mortalidade inválidos	AT - 83 M	AT - 83 M
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light (média)	Light (média)
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	100% na primeira	100% na primeira

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada	Prêmio de seguro
Riscos nomeados - Subestações e estoques	01/01/2010	132.470	419
Responsabilidade civil geral - Operações	01/01/2010	7.000	90
Automóvel	01/02/2010	(a)	65

(a) Correspondem a 68 veículos, apresentados ao valor de mercado

A CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31 DRE por atividade - Não auditada

	Produção	Distribuição	Comercialização	Total
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	-	1.219.857	380.814	1.600.671
Fornecimento de Energia Elétrica	-	1.215.201	316.750	1.531.951
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	11.904	11.904
Outras Receitas	-	4.656	52.160	56.816
Deduções da Receita Bruta	-	(355.506)	(97.663)	(453.169)
(-) ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	-	(192.720)	(53.456)	(246.176)
(-) COFINS	-	(116.932)	(32.304)	(149.236)
(-) PIS	-	(32.259)	(7.651)	(39.910)
(-) Cota para RGR	-	(13.422)	(3.821)	(17.243)
(-) ENCARGOS DO CONSUMIDOR	-	(173)	(440)	(613)
(-) ISS	-	-	9	9
(-) Encargo de Cap. Emergencial	-	(192.720)	(53.456)	(246.176)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	-	864.351	283.151	1.147.502
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(58)	(512.808)	(94.685)	(607.551)
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	-	(288.613)	(94.685)	(383.298)
Enc. Uso do Sist. de Trans. e Distribuição	-	(87.226)	-	(87.226)
Custo de Operação - Pessoal	-	(11.405)	-	(11.405)
Custo de Operação - Material	(56)	(5.822)	-	(5.878)
Custo de Operação - Serv. Terceiros	-	(33.241)	-	(33.241)
Custo de Operação - Dep. e Amortização	(2)	(83.396)	-	(83.398)
Custo de Operação - Arrendamentos e Aluguéis	-	(33)	-	(33)
Custo de Operação - Outras	-	(3.064)	-	(3.064)
Custo dos Serv. a Terceiros - Pessoal	-	(1)	-	(1)
Custo dos Serv. a Terceiros - Material	-	-	-	-
Custo dos Serv. a Terceiros - Serv. Terceiro	-	(7)	-	(7)
Custo dos Serv. a Terceiro - Outros	-	-	-	-
Resultado Bruto	(58)	351.543	188.466	539.951
Despesas (receitas) operacionais	-	(80.012)	(102.151)	(182.163)
Com vendas	-	(19.814)	(75.976)	(95.790)
Despesas com vendas	-	-	-	-
Provisão PDD e perda cliente incobrável	-	(19.814)	(5.297)	(25.111)
Gerais e Administrativas	-	(60.198)	(26.175)	(86.373)
Despesas administrativas	-	(25.249)	(14.123)	(39.372)
Honorários dos Administradores	-	(1.714)	(950)	(2.664)
Prov. (Rev.) de contingências	-	(3.252)	-	(3.252)
Depreciação e amortização	-	(8.609)	(5.586)	(14.195)
Outras despesas operacionais	-	(7.548)	(4.387)	(11.935)

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras despesas(receitas) não recorrentes	-	(13.826)	(1.129)	(14.955)
Financeiras	-	(93.133)	12.121	(81.012)
Receitas financeiras	-	19.228	66.229	85.457
Rendas financeiras	-	9.471	32.621	42.092
Acréscimo Moratório de Energia Vendida	-	9.757	33.608	43.364
Despesas Financeiras	-	(112.361)	(54.108)	(166.469)
Encargos de dívidas	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais	-	5.127	3.976	9.102
Juros dos empréstimos e financiamentos	-	(63.291)	(35.077)	(98.368)
Outras despesas financeiras	-	(54.197)	(23.006)	(77.203)
Resultado operacional	(58)	178.398	98.436	276.776
Provisão para IR e CS	-	(39.369)	(22.145)	(61.514)
Contribuição social	-	(26.010)	(8.350)	(34.360)
Imposto de renda	-	(48.017)	(33.291)	(81.308)
Incentivo fiscal SUDENE	-	34.659	19.496	54.155
IR diferido	-	(8.431)	5.394	(3.037)
IR/CSLL Diferidos	-	(8.431)	5.394	(3.037)
Participações/Contribuições Estatutárias	-	(7.631)	(6.331)	(13.962)
Participações	-	(7.631)	(6.331)	(13.962)
Contribuições	-	-	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Lucro(Prejuízo) do exercício	(58)	122.967	75.354	198.263

As receitas e despesas vinculadas às atividades de produção e distribuição são alocadas diretamente às unidades operativas e as vinculadas à administração central são alocadas às unidades administrativas. As despesas remanescentes com a administração central, após o rateio da administração geral às ordens em curso, são alocadas às atividades operativas proporcionalmente aos saldos das contas. Esses procedimentos estão em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução ANEEL 444/2001.

32 Instrumentos financeiros - Instrução CVM N°. 475 e Deliberação CVM N°. 566

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM n°. 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 550, de 17 de outubro de 2008, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros a saber: Aplicações Financeiras, Empréstimos e Financiamentos, e Obrigações com Debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos.

A CEMAR considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e instrumentos derivativos, além da perspectiva da redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes.

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Aplicações financeiras	335.649	335.649	252.912	252.912
Consumidores e revendedores	445.164	445.164	366.655	366.655
Empréstimos e financiamentos	942.152	942.152	763.492	763.492
Debêntures	275.114	275.114	279.755	279.755

- Aplicações financeiras - são classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação e não são mensuradas a valor justo. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. A sensibilidade deste instrumento financeiro está demonstrada na nota “e” abaixo.
- Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de suas respectivas fontes de financiamento.
- Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado.
- Instrumentos financeiros derivativos - A CEMAR não possui instrumentos derivativos.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Fatores de risco

Conforme a Instrução CVM nº. 475 os fatores de risco da Companhia foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto, bem como projeta o seu endividamento futuro para atuar preventivamente à necessidade de crédito;
- **Risco de mercado** - Conforme regulamentação do Decreto Lei nº. 5.163 de 30 de junho de 2004, a CEMAR deverá adquirir a energia elétrica necessária para atender o seu mercado em 100% de cobertura contratual, através de contratos existentes (inicial e leilão de 2002) e leilão do ambiente regulado. Desta maneira, a configuração do mercado de energia, principalmente relativo a um eventual acréscimo na demanda em 2009, representa um risco para a Companhia. Adicionalmente, deve ser observado o contexto atual dos valores a receber em decorrência das transações na CCEE;
- **Risco de taxa de juros e câmbio** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros e câmbio, que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,75% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.
- **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses *covenants* pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento; e
- **Risco quanto à escassez de energia** - A energia elétrica adquirida e vendida pela Companhia provém, basicamente, de usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuvas, provocada por uma mudança no regime hidrológico, pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução das receitas com a adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

As variações das taxas de câmbio e juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade de aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e. Análise de sensibilidade

• **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira**

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, 0,75% de sua dívida, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº. 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2009 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Sensibilidade à Apreciação

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
PASSIVOS FINANCEIROS				
STN	USD	2.830	551	(1.727)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em	25%	50%
Dólar USD/R\$		1,7412	2,177	2,612

Sensibilidade à Depreciação

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário IV	Cenário V
PASSIVOS FINANCEIROS				
STN	USD	2.830	5.109	7.388
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Depreciação da taxa em	25%	50%
Dólar USD/R\$		1,7412	1,306	0,871

• **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade das Aplicações Financeiras e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº. 475 da CVM, um cenário com taxas reais

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

verificadas em 31 de dezembro de 2009 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI/Selic	19.859	24.816	29.856	14.939	9.985
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(4.229)	(4.198)	(4.166)	(4.261)	(4.292)
ECF - 1510/97	FINEL	(76)	(76)	(75)	(77)	(77)
ECF - 1639/97	FINEL	(723)	(718)	(714)	(727)	(731)
ECF - 1645/97	FINEL	(149)	(148)	(147)	(150)	(150)
ECF - 1960 /99	IGP-M	(4.003)	(3.377)	(2.751)	(4.629)	(5.255)
ECF - 1907/99	FINEL	(99)	(98)	(98)	(99)	(100)
ECF - 1908/99	FINEL	(654)	(649)	(645)	(659)	(664)
ECF- 2728/08	SELIC	(2.137)	(2.232)	(2.328)	(2.042)	(1.947)
FASCEMAR	CDI	(2.340)	(2.936)	(3.533)	(1.743)	(1.147)
FINEP	TJLP	(205)	(234)	(262)	(176)	(148)
FINAME 01	TJLP	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
FINAME 02	TJLP	(32)	(34)	(36)	(30)	(29)
BNDES I	TJLP	(2.672)	(2.917)	(3.163)	(2.427)	(2.181)
IFC	CDI	(16.560)	(19.462)	(20.275)	(13.658)	(12.844)
BNDES II	TJLP	(8.353)	(9.397)	(10.441)	(7.309)	(6.264)
DEBÊNTURES 3ª EMISSAO	CDI	(33.413)	(39.920)	(46.427)	(26.906)	(20.399)

Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS	Taxa em 31/12/2009	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI %	9,88	12,35	14,82	7,41	4,94
SELIC %	9,93	12,41	14,89	7,45	4,96
TJLP %	6,12	7,66	9,19	4,59	3,06
IGP-M %	-1,72	-2,15	-2,58	-1,29	-0,86

33 Eventos subsequentes

a. Empréstimos e financiamentos

Em janeiro de 2010, a CEMAR celebrou com a Eletrobrás o contrato EFCS-281/09. O valor total desse financiamento é de R\$ R\$309.790.840,00, com custo de financiamento de 6% ao ano. O prazo total é de 12 anos, considerando carência de 24 meses e amortização em 120 meses. Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e se destinam a financiar os custos diretos das obras da 5ª Tranche do Programa Luz Para Todos (PLPT), sendo R\$38.724 provenientes dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR e R\$271.067a título de subvenção, provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

b. Seguros

Em janeiro e fevereiro de 2010, a CEMAR renovou seus contratos de seguros conforme condições demonstradas abaixo:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos nomeados - Subestações e estoques	01/01/2011	131.490	596
Responsabilidade civil geral - Operações	01/01/2011	7.000	90
Automóvel	01/02/2011	(a)	70

(a) Correspondem a 73 veículos, apresentados ao valor de mercado.

c. Aplicação aos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC em 2009.

A partir do exercício de 2010, as demonstrações financeiras da CEMAR a serem divulgadas em comparação com as demonstrações de 2009, estarão de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos durante o ano de 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, entidade essa responsável pela atualização, modernização e convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

A CEMAR já vem realizando estudos e estimativas dos possíveis impactos diante da aplicação desses pronunciamentos, e dentre estes os de maiores impactos serão explicitados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009, que serão apresentadas para fins de comparação com as demonstrações financeiras de 2010, assim como dos exercícios posteriores.

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Ana Marta Horta Veloso

Carlos Augusto Leone Piani

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Francisco Carlos Campos

Gilberto Sayão da Silva

José Carlos Muniz de Brito Filho

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Remi Ribeiro de Oliveira

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Suplentes

Denise da Cunha D'Angelo Palácio

André Soares de Sá

João Marcelo Dantas Leite

Felipe Sousa Bittencourt

Luiz Otavio Bianchini Laydner

Márcio Barbosa Lins

Marcelo Cruz

Sidney do Lago Júnior

Marcelo Sousa Monteiro

Wagner Montoro Júnior

01660-8 COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Augusto Leone Piani
Diretor Presidente

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Vice-Presidente de Operações

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor Administrativo Financeiro

José Jorge Leite Soares
Diretor de Relações Institucionais e Planejamento

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor Comercial

Patrícia Pugas de Azevedo Lima
Diretora de Gente

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor de Engenharia

Tinn Freire Amado
Diretor de Assuntos Regulatórios

GERÊNCIA DE CONTROLADORIA

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Gerente da Controladoria
CPF 023.737.554-08

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE-012996-O-S-MA

01660-8

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

06.272.793/0001-84

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Quadro alterado: 13

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	12
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	15
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	16
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	35
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	119